



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SIBELLE FERREIRA SOUZA COUTO

**A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS ANTIRRACISTAS DE
PSICÓLOGAS NEGRAS E A RELAÇÃO COM SEUS PERCURSOS ACADÊMICO-
PROFISSIONAIS**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Sibelle Ferreira Souza Couto

A produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e a relação com seus percursos acadêmico-profissionais

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção de título de Graduação em Psicologia, sob orientação da Professora Dra. Daniele Vasco Santos.

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S563p Couto, Sibelle Ferreira Souza.
A produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e a relação com seus percursos acadêmico-profissionais. / Sibelle Ferreira Souza Couto. – Miracema, TO, 2023.
59 f.
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2023.
Orientadora : Daniele Vasco Santos
1. Formação em Psicologia. 2. Relações Raciais. 3. Percursos acadêmico-profissionais. 4. Práticas Antirracistas. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SIBELLE FERREIRA SOUZA COUTO

A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS ANTIRRACISTAS DE PSICÓLOGAS
NEGRAS E A RELAÇÃO COM SEUS PERCURSOS ACADÊMICO-PROFISSIONAIS

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema do Tocantins, curso de Psicologia foi avaliado para obtenção de título de Graduação em Psicologia, sob orientação da Professora Dra. Daniele Vasco Santos.

Data da aprovação: ___ / ___ / ___.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Daniele Vasco Santos, Orientadora, UFT.

Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento, Examinador, UFT.

Profa. Dra. Maria Lúcia Chaves Lima, Examinadora, UFPA.

AGRADECIMENTOS

À minha avó Josefa Torres do Couto, minha mãe Ivaneth Souza Siqueira, minha madrinha Sebastiana Ferreira do Couto, meu pai Pedro Ferreira do Couto e meu irmão João Pedro Ferreira Souza Couto. Por acreditarem e me apoiarem nessa jornada de ser a primeira da família a adentrar e concluir um curso no ensino superior.

À minha namorada Laura Kelly da Silva Xavier que tanto me apoiou nesse período de construção do trabalho, sempre me incentivando a seguir em frente acreditando no meu potencial.

Às amigas que teci na universidade, sendo algumas: Adriana Leite, Noemi Rocha, Susana Almeida, Erika Ramalho, Carlos Henrique, Taís Vianna, Giorge Arão, Debora Amaral, Mateus Araújo, Fernanda Reis, Victória Antunes, Lázaro Pinto, William Lira, Julia Rúffo e Yago Rodrigues. Por todo afeto e apoio principalmente nos momentos difíceis.

As(os) amigas(os) da minha cidade: Samara Melgaço, Lutiane Melgaço e Gilmayko Pereira, que mesmo distantes sempre se fizeram presentes me apoiando quando a trajetória se tornava difícil. E em especial à minha turma pelas construções que fizemos, crescemos muito juntos!

Aos docentes que compõem o colegiado de Psicologia, por todo ensinamento construído, cada um em sua área, me possibilitaram expandir meu mundo através do conhecimento e construir um fazer profissional comprometido ética e politicamente.

À querida professora Dra. Daniele Vasco Santos por nosso encontro ancestral, por me ensinar, incentivar e a sua representatividade nessa jornada acadêmica, possibilitando trabalhar com a temática racial no ensino, pesquisa e extensão.

À banca composta pelo Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento e a Dra. Maria Lúcia Chaves Lima, pelas contribuições basilares para esse trabalho.

Às psicólogas entrevistadas, que através de seus discursos contribuiram tanto para a pesquisa, quanto para me perceber enquanto futura psicóloga negra da Região Norte do país, assumindo os desafios e responsabilidade com a luta antirracista.

À Universidade Federal do Tocantins e às políticas afirmativas tanto pelo ingresso no ensino superior, quanto pelas políticas públicas que garantiram minha permanência na graduação, sem elas não seria possível concluir o curso.

À Pró-Reitoria de Extensão (Proex) pela oportunidade de ser bolsista e trabalhar com a temática racial na extensão universitária, agradecendo também a todas(os) que participaram de

rodas de conversa e aqulombamentos na extensão, que foram de fundamental importância para meu processo formativo.

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir a produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e a relação com seus percursos acadêmico-profissionais, problematizando a formação em psicologia no Brasil no que tange às relações raciais. Trata-se de um trabalho de cunho qualitativo, utilizando-se das ferramentas teórico-metodológicas inspiradas na arqueogenealogia foucaultiana em intercessão com as formulações de Maria Aparecida Bento (2022), Grada Kilomba (2019), Silvio Almeida (2019), Beatriz Nascimento (1989; 2021), bell hooks (2013;2019), Neusa Santos Souza (2019) e Lélia Gonzalez (1984), onde a pesquisa de campo se deu através de entrevistas semiestruturadas com sete psicólogas negras da Região Norte do país. Dentre os principais resultados constata-se que no percurso acadêmico das participantes há a ausência ou pouca discussão sobre a temática das relações raciais, enquanto em suas atuações profissionais há uma construção contínua, por meio da produção de processos de aquilombamentos nos coletivos com outras(os) profissionais negras(os), da busca por referências teóricas de intelectuais negras e na leitura das demandas do território, elementos fundamentais para tecer as práticas antirracistas. Conclui-se que se torna urgente a intensificação da discussão das questões raciais no âmbito acadêmico-profissional em psicologia e que isso requer compromisso das instituições formadoras e as de fiscalização do exercício profissional, assumindo sua responsabilidade na construção de uma ciência e profissão antirracista.

Palavras chave: Formação em Psicologia. Relações Raciais. Percursos acadêmico-profissionais. Práticas Antirracistas.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the production of anti-racist professional practices by black female psychologists and the relationship with their academic-professional paths, questioning training in psychology in Brazil with regard to racial relations. This is a qualitative work, using theoretical and methodological tools inspired by Foucauldian archeogenealogy in intersection with the formulations of Maria Aparecida Bento (2022), Grada Kilomba (2019), Silvio Almeida (2019), Beatriz Nascimento (1989; 2021), bell hooks (2013;2019), Neusa Santos Souza (2019) and Lélia Gonzalez (1984), where the field research took place through semi-structured interviews with seven black psychologists from the North of the country. Among the main results, it can be seen that in the academic career of the participants there is na absence or little discussion about the theme of racial relations, while in their professional activities there is a continuous construction, through the production of processes of collocations in collectives with others (the) black professionals, the search for theoretical references of black intellectuals and the reading of the demands of the territory, fundamental elements to weave anti-racist practices. It is concluded that it is urgent to intensify the discussion of racial issues in the academic-professional field of psychology and that this requires commitment from educational institutions and those that supervise professional practice, assuming their responsibility in building na anti-racist science and profession.

Keywords: Training in Psychology. Race Relations. Academic-professional paths. Anti-racist Practices.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	OBJETIVOS	13
2.1	Objetivo Geral.....	13
2.2	Objetivos Específicos	13
3	PERCURSO METODOLÓGICO	14
4	RELAÇÕES RACIAIS E O PERCURSO ACADÊMICO NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA	18
4.1	A temática das relações raciais no ensino, pesquisa e extensão.....	18
4.2	A ausência/presença de intelectuais negros/as	22
4.3	A presença/ausência dos corpos negros na universidade.....	24
5	A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	28
5.1	Articulação com grupos e/ou coletivos: aquilombamentos	28
5.2	O lugar das instituições na produção de práticas antirracistas	31
5.3	Práticas antirracistas realizadas pelas psicólogas	32
5.4	Contribuições da psicologia na luta antirracista na região norte	36
5.5	Vivência das mulheres negras na produção de práticas profissionais antirracistas	40
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS.....	45
	APÊNDICES	50
	ANEXO	55

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e suas relações entre percurso acadêmico-profissional, problematizando a formação em psicologia no Brasil no que tange a questão das relações raciais.

A escolha de pesquisar percursos acadêmico-profissionais de psicólogas negras se dá em função das mulheres configurarem como maioria dentre profissionais de psicologia no Brasil. Segundo levantamento contínuo do Conselho Federal de Psicologia (CFP) até maio de 2022 são cerca de 427.580 psicólogos (os) nos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) pelo país, sendo 359.860 profissionais do sexo feminino. No entanto, a pesquisa “Uma profissão de muitas e diferentes mulheres”, lançada pelo CFP em 2013, já sinalizava para uma disparidade grande na quantidade de psicólogas brancas e negras formadas no país, onde 67% das psicólogas eram brancas, 25% pardas e um percentual muito pequeno de psicólogas pretas, amarelas e indígenas.

Esses trabalhos apontam para o desafio da baixa representatividade de mulheres pretas e indígenas na atuação profissional em psicologia. A respeito dos marcadores sociais de gênero, raça e classe, no livro “Mulheres, Raça e Classe”, ao trazer um apanhado histórico das opressões, lutas e resistências das mulheres negras, Angela Davis (2016) sinaliza para a importância de considerar tais marcadores na construção de novas realidades sociais. Desse modo que neste trabalho será evidenciada a pertinência dessas intersecções ao se pensar a formação e a prática de psicólogas negras.

No artigo “A mulher negra e a formação em Psicologia: quais as barreiras existentes?”, Aline S. R. dos Santos e Solange A. Emílio (2021) analisaram questões relacionadas à influência dos marcadores de gênero e raça na formação em Psicologia, em um estudo quanti-qualitativo realizado com 115 estudantes negras de Psicologia de universidades públicas e privadas do país. Os resultados quantitativos apontaram para a falta de representatividade de mulheres negras na formação em psicologia, onde 64% das participantes não estudaram autoras negras e 27% estudaram de uma a três autoras negras. Já as professoras negras estiveram ausentes para 58% das respondentes e 40% tiveram de uma a três professoras negras na formação.

Outro aspecto importante da pesquisa mencionada diz respeito aos resultados qualitativos que apontam a formação da mulher negra em Psicologia como permeada de muitos enfrentamentos, sendo os principais o isolamento e a sensação de não pertencimento. Assim, o estudo finaliza enfatizando a importância do maior aprofundamento e debate para que as

mulheres negras possam ter mais destaque no espaço acadêmico e conseqüentemente na área (SANTOS; EMÍLIO, 2021).

Na década de 1980 o Conselho Federal de Psicologia publicou o documento “Eu, mulher, psicóloga e negra” (CFP, 1984) apresentando relatos de quatro psicólogas negras brasileiras, retratando várias situações de racismo que vivenciavam constantemente na prática profissional, trata-se de um dos primeiros da entidade abarcando a questão racial e de gênero. A partir dos relatos apresentados é possível afirmar que aparecem os marcadores de gênero, raça e classe bem marcados. Além disso, um aspecto importante da época é que os conceitos de preconceito, discriminação e racismo pareciam se confundir, tanto que algumas das psicólogas conseguem narrar episódios racistas cotidianos, mas afirmam não existir racismo no Brasil, apenas discriminação.

Quase quatro décadas após essa publicação, em 2017, o Conselho Federal de Psicologia publicou o documento “Relações raciais: Referência técnica para atuação de psicólogas(os)”, apontando que embora haja ocorrido diversas mudanças, a Psicologia ainda segue corroborando com práticas racistas e que as condutas que antigamente eram explícitas, na atualidade ganham outras roupagens. As mudanças identificadas na publicação do CFP refletem também a ampliação do debate acerca das relações raciais nas produções acadêmicas brasileiras. Amélia Artes e Jesus Mena-Chalco (2017), ao pesquisarem teses e dissertações, no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o tema das relações raciais, concluem que de 1987 a 2011 houve um crescimento da produção, sendo as mulheres a maioria das autoras dos trabalhos e que esse aumento pode estar associado à ampliação do acesso de estudantes negras(os) ao ensino superior e de uma forma mais restrita também à pós-graduação.

Schucman e Martins (2017) apontam que foi através da pressão de organizações negras, e principalmente do movimento de psicólogas negras, que a temática das relações raciais e do racismo começou a ser debatida desde a década de 1980 até os dias atuais. No entanto, em conclusão, os autores pontuam que apesar dos estudos, principalmente na psicologia social, ainda há pouca atenção da categoria como um todo, principalmente na formação de psicólogas(os), onde a Psicologia possui capacidade de maior engajamento e contribuição na luta antirracista (SCHUCMAN; MARTINS, 2017).

É pertinente pontuar que o racismo se fortalece também através da omissão da temática nos espaços de formação de profissionais e na falta de produção de conhecimentos que viabilizem os saberes e produções da população negra. Afinal, não falar sobre a estrutura racista presente no Brasil é ser conivente com a sua manutenção, pois “[...] é no silêncio que o racismo

se fortalece, é no silenciamento que ele se estrutura” (SANTOS; EMÍLIO, 2021, p. 120). Em estudo realizado por Queiroz e Santos (2016), para investigar como estava o acesso de mulheres negras ao ensino superior, dentre os principais resultados está a identificação de que há uma participação desigual de mulheres pretas em relação às pardas e brancas no ensino superior, principalmente em cursos considerados de alto prestígio, tal como Odontologia e Psicologia. Então, as mulheres negras estariam na base da estrutura de opressão do racismo, assim, o estudo denuncia uma perversidade e um esforço constante dessas mulheres para permanecer nesses espaços que lhes parece negado.

As marcas do racismo afetam todas as dimensões da vida da população negra que se encontra em desvantagem de acesso a bens e serviços, possuindo os índices mais elevados no que tange à mortalidade, os piores indicadores nas condições de vida, no mercado de trabalho, saúde, cultura e educação (WERNECK, 2010). Consideramos que o cenário anteriormente apresentado trata-se dos efeitos do racismo no espaço acadêmico.

Para Munanga (2004), o racismo pode ser entendido como “essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas e biológicas” (MUNANGA, 2004, n. p.). No entanto, o conceito de raça apresentado pelo mesmo autor, não é considerado biológico, mas sim carregado de ideologias, onde se engendram as relações de poder e dominação presentes na sociedade (MUNANGA, 2004). Na sociedade brasileira o racismo sempre esteve presente como grave violência estrutural e institucional. Produzido por uma sociedade desigual, conforme nos mostra Silvio Almeida (2019), o racismo faz parte do modo como à sociedade se estrutura, discriminando e subalternizando grupos para além do plano das consciências e intenções.

Cardoso de Oliveira (2004) ressalta que uma das características do racismo no Brasil consiste na especificidade de que este costuma aparecer de maneira dissimulada, possuindo difícil identificação até para quem o sofre, ancorado na ideologia da democracia racial. Segundo o autor essa ideologia baseia-se na mistura entre classe e raça na questão da discriminação e em uma comparação às violências explícitas registradas nos Estados Unidos, produzindo a ideia de que no Brasil não há racismo. Tal mito da democracia racial para, Lélia Gonzalez (1984), exerce sua violência simbólica de forma especial para as mulheres negras, que são atravessadas pelo endeusamento da “mulata” carnavalesca, mas também pela agressividade e servidão cotidiana como doméstica.

O mito da democracia racial contribui para a manutenção da estrutura excludente do racismo, pois bloqueou por muito tempo o debate sobre as políticas de ações afirmativas e a

implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro (MUNANGA, 2004), um aspecto importante para pensarmos percursos acadêmico-profissionais de psicólogas negras, uma vez que da educação básica até a atuação profissional, há uma disparidade imensa na realidade de pessoas negras e pessoas brancas brasileiras. Assim, sendo estrutural e estruturante, o racismo no Brasil entranhou-se em todos os tecidos da sociedade, do individual ao epistemológico (GOUVEIA; ZANELLO, 2019).

Desse modo, ao objetivar a análise de práticas antirracistas e relacioná-las aos percursos acadêmico-profissionais de psicólogas negras, considerando os marcadores de gênero, raça e classe, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: Quais relações podem ser estabelecidas entre os percursos acadêmicos de psicólogas negras e suas práticas profissionais antirracistas?

Para Djamila Ribeiro (2019), a prática antirracista envolve perceber os privilégios que certos grupos sociais têm, mas também perceber-se criticamente e atuar, a fim de transformar situações de violência que antes não seriam questionadas. Nesse sentido, no livro “Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade”, bell hooks¹ (2013), convoca a transgressão das fronteiras do aceitável, possibilitando pensar, repensar e criar visões que transformem a educação na prática da liberdade (HOOKS, 2013).

Considerando que a Psicologia é uma profissão majoritariamente feminina, com 89% de profissionais mulheres (CFP, 2013) e tem muito a contribuir na produção de conhecimentos e práticas sobre o racismo e seus efeitos nos modos de subjetivação, esta pesquisa trata de problematizar a formação em psicologia no Brasil ao mesmo tempo em que presentifica o legado de mulheres negras de trabalho duro, perseverança, autossuficiência, tenacidade, resistência e insistência na igualdade racial (DAVIS, 2016).

Consideramos que a relevância acadêmica do presente trabalho se dá pelo fato de que “os currículos de psicologia nas universidades brasileiras são impregnados de colonialismo e os autores mais estudados são homens-brancos-europeus” (VEIGA, 2019, p. 245). Problematizar a formação em psicologia, a partir da análise de seus efeitos nas práticas profissionais, pode contribuir para a permanente revisão de Projetos Pedagógicos de Cursos de Psicologia, sobretudo nesse contexto de publicação das novas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de psicologia. Afinal, a importância atribuída às questões de gênero e relações raciais na formação da(o) psicóloga(o) dependeu (e seguirá dependendo) dos projetos pedagógicos de cada instituição e dos interesses de coordenadores de curso, docentes e discentes envolvidos (SANTOS; EMÍLIO, 2021).

¹ Dessa forma a autora assina as suas produções literárias e científicas. Para saber mais, acesse: <https://www.geledes.org.br/bell-hooks-e-as-miudezas-que-importam/>.

Do ponto de vista social, torna-se urgente e relevante visibilizar práticas profissionais de psicólogas negras e seus enfrentamentos, para que as questões raciais sejam pensadas nos âmbitos acadêmico/profissional, possibilitando uma aproximação do fazer profissional das psicólogas negras e as marcas dos processos de (des)colonização contemporânea.

Trata-se de ressaltar que o racismo no Brasil produz sofrimento histórico e coletivo, sobretudo vivido por pessoas negras e indígenas (CFP, 2017). E a psicologia tem a responsabilidade ética e política de produzir práticas antirracistas que rompam, como nos mostra Kilomba (2019, p. 56), com a dinâmica na qual a negritude é considerada inferior e “está fora do lugar”, enquanto a branquitude significa superioridade e “está no lugar”, expandindo os estudos da temática, incorporando em seus currículos, vislumbrando quais são os desafios e enfrentamentos atuais de atendimento à demanda das diversas configurações raciais, em prol da democratização dos serviços e da igualdade racial.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e a relação com seus percursos acadêmico-profissionais.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar os percursos acadêmico-profissionais de psicólogas negras no que tange a questão das relações raciais;
- b) Analisar a constituição das práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras;
- c) Analisar a relação entre percursos acadêmico-profissionais de psicólogas negras e suas práticas profissionais antirracistas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação foi desenvolvida por meio de pesquisa de cunho qualitativo, buscando alcançar dimensões dos acontecimentos que não podem ser quantificados (MINAYO, 2001), utilizando-se das ferramentas teórico-metodológicas inspiradas na arqueogenealogia foucaultiana em intercessão com as formulações de Maria Aparecida Bento (2022), Grada Kilomba (2019), Silvio Almeida (2019), Beatriz Nascimento (1989, 2021), bell hooks (2013, 2019), Neusa Santos Souza (2019) e Lélia Gonzalez (1984).

As participantes da pesquisa foram escolhidas a partir dos seguintes critérios:

- a) Cursaram a graduação em Psicologia na região do Norte do país nos últimos 20 anos;
- b) Atuam e/ou atuaram profissionalmente, como psicóloga, nos últimos 20 anos;
- c) Participam e/ou participaram de algum grupo, coletivo, movimento, comissão ou organização que discute e/ou atue no campo das relações raciais;
- d) Ter registro profissional de psicóloga.

A pesquisa foi cadastrada na plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio do parecer 5.694.446, de acordo com o parecer consubstanciado (ANEXO A).

As participantes foram selecionadas, em um grupo de *Whatsapp* que reúne psicólogas(os) de todo Brasil, a partir da identificação de participantes com números telefônicos da região Norte e também por indicação de um psicólogo e docente negro, na época integrante de um plenário do CFP. O convite foi feito com um mesmo texto para todas participantes e após anuência, as datas e horários das entrevistas foram agendados.

As entrevistas foram realizadas individualmente através de videochamadas na plataforma *Google Meet* e audiogravadas para facilitar a posterior transcrição. Previamente à realização das entrevistas foram explicitados os objetivos e pressupostos teórico-metodológico da pesquisa, assim como os princípios éticos referentes ao consentimento informado, participação voluntária, tratamento igualitário às participantes, o respeito aos seus valores e decisões, garantia da segurança no que diz respeito ao anonimato e proteção dos dados produzidos. Após esse momento, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) foi lido e sua assinatura procedida.

As entrevistas realizadas foram do tipo semiestruturada, com roteiro previamente elaborado (APÊNDICE B) a partir de questões explícitas e objetivas, relacionadas ao tema e objetivos da pesquisa, permitindo às entrevistadas discorrer sobre o tema proposto, trazendo os

acontecimentos históricos relacionados aos seus percursos acadêmico-profissionais, por meio de respostas espontâneas (TRIVIÑOS, 1987).

Foram entrevistadas sete psicólogas negras da Região Norte do país, sendo uma de cada estado. A faixa etária de idade delas está entre 26 e 43 anos e se formaram entre os anos 2006 e 2019. Quatro se formaram em universidades federais e três são de universidades particulares. Duas atuam na clínica privada, uma na educação básica, uma na saúde pública, uma na comissão de direitos humanos de um conselho regional de psicologia e duas são docentes no ensino superior.

No momento das entrevistas, foram utilizados questionários (APÊNDICE C), como modo de traçar o perfil das participantes, destacando elementos dos marcadores sociais que permitam contribuir com análise dos percursos acadêmico profissional, tais como: idade, estado civil, filhos, instituição de formação, renda, cidade em que reside, ano que iniciou formação e que encerrou, formação após a graduação, vínculo profissional e entidade em que atua.

Para assegurar o anonimato foram atribuídos nomes fictícios inspirados no livro “Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis”, de Jarid Arraes (2017), como homenagem às mulheres negras. E a tabela abaixo resume características gerais do perfil das entrevistadas, seus nomes fictícios utilizados na apresentação dos resultados e discussões.

Quadro 1 – Caracterização das Participantes

Sequência	Ano de Formação	Estado	Instituição	Pública/privada	Idade	Nomes fictícios
E1	2019	Pará- PA	UFPA	Federal	32	DANDARA, F2019, Pará.
E2	2018	Porto- TO	ULBRA	Privada	26	EVA MARIA, F2018, Tocantins.
E3	2006	Amapá – AP	UFPA	Federal	43	TEREZA, F2006, Amapá.
E4	2016	Manaus – AM	UFAM	Federal	29	CAROLINA, F2016,

						Amazonas.
E5	2018	Rio Branco – AC	FAAO- U- VERSS	Privada	37	LUIZA, F2018, Acre
E6	2019	Boa Vista Roraima – RR	UFRR	Federal	27	MARIANA, F2019, Roraima
E7	2014	Porto Velho Rondônia – RO	Faculdade Aparícios Carvalho	Privada	33	ANTONIETA, F2014, Rondônia

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com a transcrição das entrevistas e sistematização das informações produzidas, esse conjunto discursivo foi analisado, objetivando produzir interrogações sobre discursos que veiculados, procedendo a seguinte tratamento:

- 1- Descrever o traçado geral das entrevistas (práticas profissionais antirracistas descritas, elementos dos percursos acadêmico-profissionais no que tange às relações raciais).
- 2- Destacar os elementos que remetem à constituição das práticas profissionais antirracistas relacionando-as, sobretudo, aos enunciados que remetem aos elementos a respeito das relações raciais no percurso acadêmico-profissional.
- 3- Estabelecer associações do material produzido e sistematizado com o referencial teórico eleito.

Cabe destacar que a inspiração foucaultiana serviu no trabalho para a leitura do material produzido a partir da concepção dos discursos como práticas, em suas regras históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2004). Na pesquisa em tela os discursos proferidos não foram vistos como atos de fala individuais, mas nas práticas sociais em que se inserem, como um conjunto heterogêneo que circula e aponta para discursos sustentando práticas profissionais, em estreita relação com os percursos acadêmico-profissionais.

Portanto, os discursos foram analisados como práticas que fazem coisas, criam e destroem, por meio de relações de poder, um poder produtivo de realidades, de campos de objetos e rituais de verdades (FOUCAULT, 2002; 2008). Operamos com a noção de poder

enquanto produtor de realidade, fabricando saberes e modos de ser. Desse modo, ao invés de procurarmos, no discurso, seu ponto de criação, sua unidade, originalidade e significações ocultas, Foucault propõe que atentemos para seu caráter de acontecimento, suas séries, regularidades e condições de possibilidade (FOUCAULT, 2004). Com esse tratamento buscou-se a constituição de saberes sobre as práticas antirracistas produzidas por psicólogas negras, quais as marcas de saber-poder efetivam, analisando os dispositivos que se articulam em torno dos eixos do poder, da verdade e da subjetivação.

Desse modo que as entrevistas, após a transcrição, foram organizadas agregando todas as respostas das entrevistadas em torno de dois eixos de questões: 1) Percurso acadêmico-profissional e relações raciais: a partir das respostas às questões 01 (relação raciais e a formação em psicologia), 02 (professoras negras(os) na graduação), 03 (intelectuais negras(os) na graduação), 04 (pesquisa), 05 (extensão), 06 (atividades complementares), 10 (base fornecida pela graduação), 07 (inserção em grupos, coletivos e/ou articulações) e 11 (base fornecida pelo percurso profissional). 2) Práticas antirracistas: envolve as questões 08 (entendimento por prática antirracista), 09 (práticas antirracistas que promoveram) e 12 (contribuições da psicologia na luta antirracista na Região Norte do país). Após as categorias construídas, deu-se nova leitura correlacionando com o referencial teórico, conforme será apresentado na próxima seção.

Por fim, é relevante ressaltar que ao longo do desenvolvimento do trabalho não se buscou a neutralidade como critério de validade científica. Junto com Grada Kilomba (2019) entende-se aqui o modo como os saberes são considerados válidos nos modos hegemônicos de produzir conhecimento. E com Conceição Evaristo (2020), em sua metodologia de escrevivência, assume-se na produção desse trabalho a vivência de corpos vivos, que contam suas histórias, mas que são histórias do coletivo, de uma população historicamente esquecida para mostrar sua forma de fazer ciência.

4 RELAÇÕES RACIAIS E O PERCURSO ACADÊMICO NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

4.1 A temática das relações raciais no ensino, pesquisa e extensão

A trajetória acadêmica das psicólogas entrevistadas foi marcada pela ausência da temática nas disciplinas de seus cursos de graduação conforme os fragmentos enunciados abaixo:

Da academia eu não recebi muita formação não, na verdade, eu poderia te dizer que não recebi formação sobre relações raciais da universidade (DANDARA, F2019, Pará).

Bom, olhando aqui de fora da graduação, de fora da faculdade agora, percebo que a gente não teve basicamente nenhum, nenhum conteúdo, nenhum material, nenhum referencial teórico que fizesse jus a nossa realidade latino-americana (EVA MARIA, F2018, Tocantins).

Ahhh... simplesmente inexistente né? Não teve nada, nenhuma discussão, nem se tocava no assunto. Enfim [...] (TEREZA, F2006, Amapá).

A discussão teórica, a discussão prática e epistemológica sobre as questões raciais influenciando nos processos de subjetivação das pessoas não tive contato durante a formação (CAROLINA, F2016, Amazonas).

As temáticas raciais não existiam (LUISA, F2018, Acre).

Foi totalmente ausente, não houve. Na minha formação não, nem na grade, nem em questões de pesquisa, na formação não (ANTONIETA, F2014, Rondônia)

Apenas uma psicóloga relatou ter tido um contato direto com a temática, a partir de uma disciplina optativa na grade curricular:

A gente teve uma disciplina que era eletiva, que era psicologia social do racismo. Era eletiva, então só quem quisesse... E foi nessa disciplina que a gente teve uma discussão muito boa pra pensar nas relações raciais, pra pensar em como o racismo influencia na construção subjetiva, na vivência do sofrimento (MARIANA, F2019, Roraima).

Outras profissionais também citaram a psicologia social como um campo de estudos que permite construir referência, mesmo que gerais, para discussão das relações raciais. Sendo basilar citar as pioneiras negras Maria Aparecida Bento e Iray Carone, que trazem o debate da branquitude e branqueamento no livro *Psicologia social do racismo* (2017), que é uma contribuição fundamental para repensar a branquitude e o papel dos profissionais da psicologia frente à discriminação racial presentes no Brasil.

Para além da dimensão curricular, apresentada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e suas ementas de disciplinas, buscamos abordar a dimensão das relações raciais nas atividades de pesquisa, extensão universitária e atividades complementares, sendo estes pilares importantes para uma formação acadêmica de qualidade ao mesmo tempo em que permitem transgredir os muros das universidades. Acontece que apenas uma das entrevistadas apontou ter trabalhado com a temática na pesquisa, por escolha própria do tema de seu trabalho de conclusão de curso. Outra participante relatou que apareceu em sua pesquisa de conclusão de curso, mas que não era o foco e as demais, não tiveram a oportunidade de vivenciar esse tipo de extensão e pesquisa em suas formações.

Já em relação às atividades complementares, apenas duas entrevistadas relataram ter participado de atividades complementares oferecidas por sua instituição de ensino ou outras com a temática das relações raciais e essas atividades citadas foram: palestras, oficinas, congressos, entre outros. Benicá e Neves (2020) salientam que a construção da extensão decolonial passa pela desconstrução da lógica eurocêntrica de construção de conhecimento a partir de uma via única, tornando-se uma construção conjunta com outros saberes.

Em que pese à temática das relações raciais tenha ganhado volume na produção acadêmica brasileira recente ainda se fazem incipientes diante da gravidade do racismo em nossa sociedade. No que diz respeito à temática da pesquisa, em recente levantamento bibliográfico realizado no Portal de Periódicos CAPES, foi possível perceber que os artigos mais atuais são os que mais se relacionam com a temática da presente pesquisa e que ainda que as discussões sobre gênero, raça e classe venham se ampliando, principalmente no campo da educação, demandam reflexões sobre as heranças coloniais na atualidade e nos processos de formação e prática em psicologia.

O levantamento citado, utilizando os descritores “formação em psicologia”, “relações raciais” e “mulheres negras”, tendo como recorte temporal o período de 2012 a 2022, teve como resultado 281 artigos. Após seleção por meio de leitura exploratória dos títulos, foram selecionados 38 artigos, utilizando-se dos descritores “psicologia e relações raciais” e/ou “relações raciais e educação”. Usando o crivo de inclusão somente artigos que fossem relacionados a pelo menos três dos quatro descritores: Psicologia, Relações Raciais, Educação e Gênero, restaram 08 artigos. Dentre os 08 artigos, 04 são na área da Psicologia (anos: 2015/2019/2021/2022), 02 na área da educação (anos: 2015/2016) e 02 estudos feministas (2019/2020).

Dois artigos possuem ênfase na desigualdade de gênero, um trazendo o retrato da psicóloga no Brasil como branca e outro artigo apontando para a importância de visibilizar

intelectuais negras brasileiras. Sendo o segundo um estudo fundamentado no pensamento negro feminista, publicado por Rosânia do Nascimento (2019), propondo uma releitura da percepção de Franz Fanon no Brasil entre 1960-1970 e 1980-1990. Assim, a autora aponta para uma não identificação de Lélia Gonzalez e Neusa Santos Souza como autoras citadas pelos principais comentadores de Fanon, configurando uma invisibilização dessas intelectuais negras que dialogam fortemente com Fanon.

Os artigos encontrados com ênfase na formação e relações acadêmicas possuem seus resultados apontando para a falta de representatividade, sentimento de não pertencimento por parte de mulheres negras na formação em psicologia (SANTOS; EMÍLIO, 2021); participação desigual de mulheres negras no ensino superior (QUEIROZ; SANTOS, 2016); falta de debate de gênero na perspectiva decolonial na psicologia (DIMENSTEIN *et al*, 2020); poucas mulheres negras nos cursos da saúde (FÉLIX-SILVA *et al*, 2022) e a persistência de desigualdade de gênero, raça e classe na formação em psicologia (ALBUQUERQUE AQUINO, 2015).

O único artigo com ênfase na prática profissional foi publicado por Marizete Gouveia e Valeska Zanello (2019), este traz relatos de mulheres negras atendidas por psicólogas brancas, com o objetivo de coletar narrativas de escutas na terapia em díade biracial. Foram ouvidas sete mulheres negras através de pesquisa qualitativa com entrevistas mistas (livre e semiestruturada), sendo pertinente pontuar que inicialmente a pesquisa estava aberta para pessoas negras, entretanto apenas mulheres se interessaram em falar sobre seus processos terapêuticos. Os resultados apontam para um descontentamento com os atendimentos e a denúncia de omissão, minimização e universalização das questões raciais.

Portanto, o que há em comum entre os trabalhos encontrados é a convocação da psicologia por maiores responsabilidades em relação a uma formação para psicólogas(os) brancas(os) e negras(os) que contemple as questões raciais, para melhor atendimento e maior representatividade para a população negra, na construção de uma psicologia antirracista que realmente atenda as necessidades brasileiras.

Santos e Emílio (2021) destacam que há ainda muitas vozes a serem ouvidas e que podem trazer questões ainda não exploradas. Por fim, apontam que houve psicólogas negras interessadas em narrar suas trajetórias, mas devido ao foco do estudo ser as acadêmicas negras, não foi possível abarcar na pesquisa. Surgindo assim, um terreno fértil para o aprofundamento na temática e aproximação do fazer profissional dessas psicólogas negras, que é a proposta sugerida pela presente pesquisa.

Mesmo com o aumento das pesquisas sobre a temática, nos últimos anos, no campo da psicologia brasileira, como ciência e profissão, a dimensão das relações raciais não foi tomada com centralidade na compreensão dos modos de subjetivação no Brasil. É desse modo que os discursos proferidos acerca do percurso acadêmico das entrevistadas têm estreita relação com o percurso histórico do pensamento psicológico brasileiro a respeito das relações raciais. O primeiro momento desse percurso histórico pode ser situado entre o final do século XIX e início do século XX, onde se consolida um modelo médico psicológico, que é marcado pela Fundação da escola Nina Rodrigues. Nesse período, a pessoa negra é vista como objeto da ciência. Assim, esse momento foi marcado pelo determinismo biológico, onde eram realizados estudos relacionando raça a patologias psiquiátricas e tipologias criminais (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012).

É então, na década de 1940 que o debate sobre raça se intensifica no cenário dos saberes psicológico, marcado pelas produções intelectuais de Virgínia Leone Bicudo, mulher negra, a primeira a defender uma dissertação de mestrado sobre relações raciais em uma universidade brasileira em 1945. E o terceiro momento se dá na década de 1990, quando surgem os estudos sobre branqueamento e branquitude, com os autores Jurandir Freire Costa, Iray Carone, Maria Aparecida Bento e Edith Piza (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012).

São esses e outros estudos que possibilitam desconstruir o determinismo biológico da época e olhar para as interações sociais como espaço de consolidação das desigualdades. Assim, o pioneirismo de autoras(es) negras e negros na inserção da temática na psicologia e nos saberes psicológicos nos anuncia que a mudança começou faz tempo, que continuamos agora na esperança que as próximas gerações também darão continuidade (SANTOS, 2022), no entanto, cabe sublinhar que a colonialidade foi e é muito presente ainda na psicologia, sendo necessário, portanto, reconhecer os desafios e a formação em psicologia é um deles.

Sobre essa formação acadêmica, Félix-Silva *et al* (2022), apontam que ao transversalizar os conteúdos programáticos das relações raciais, os cursos de psicologia, e até mesmo outros da área da saúde, corroboram com a produção de uma subjetividade colonial-capitalista. Assim, essa transversalização gera também apagamento, sendo preciso como aponta Gonzaga (2019), refletir para quem essa psicologia é feita e a quem ela representa:

Curiosamente o tridente que simboliza a Psicologia consiste numa grafia grega que lê-se Psi- associada a Poseidon, deus grego dos mares que com seu tridente matava seus adversários e passava a dominar suas almas. Enquanto profissão de escuta temos como emblema uma arma de guerra, enquanto categoria majoritariamente feminina, temos como figura representativa um homem que guerreia para ter poder sobre as almas, enquanto povo preto que hoje ocupa esse campo, temos numa figura helênica uma referência mutilada de nossa própria imagem. A psicologia do tridente de

Poseidon ainda segue viva, mas ela não é a psicologia decolonial que produz saúde para o povo preto que adocece com o racismo, que busca no mar o último respiro, que vê nas ondas o fim e o recomeço (GONZAGA, 2019, p. 138).

Então, quando as entrevistadas relatam, por exemplo, que “a discussão teórica, a discussão prática, epistemológica sobre as questões raciais influenciando nos processos de subjetividade, de subjetivação das pessoas não tive contato durante a formação” (CAROLINA, F2016, Amazonas), elas dizem também sobre como a psicologia se organiza e quais saberes são valorizados por meio de seus currículos. Assim, tanto a pouca ou inexistência das temáticas das relações raciais quanto à baixa ou inexistência de intelectuais negras(os) nos currículos nos dá a dimensão de como as narrativas coloniais por meio do projeto epistemológico da modernidade, hegemônico e ocidentalizado, utilizam determinadas noções de raça, classe, gênero, geração, sexualidade, dentre outros marcadores sociais da diferença, ao mesmo tempo em que legitima práticas, crenças e fazeres.

4.2 A ausência/presença de intelectuais negros/as

Sobre o estudo de intelectuais negras(os) na graduação constatou-se que apenas uma entrevistada estudou por meio de Planos de Curso em disciplina da graduação, as autoras Lélia González, Sueli Carneiro e Angela Davis. As outras psicólogas leram por conta própria ou por indicação de grupos: Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, bell hooks, Munanga, Nilma Lino Gomes. Grada Kilomba, Angela Davis e Djamila Ribeiro.

Nesse sentido, Kilomba (2019), no livro *Memórias da plantação* pontua que a academia e a ciência não são espaço e estudo apolíticos, mas sim, reproduções de relações raciais de poder, onde vão ditar qual é o verdadeiro conhecimento e em quem se deve confiar. Assim, percebe-se que os conhecimentos validados nesses espaços são aqueles que enquadram na perspectiva da supremacia branca, tendo como norteador uma educação monoepistêmica. Isso permite pensar como a história vem sendo contada e ocupada por pessoas de apenas uma raça. Tal como relata as profissionais:

Não! Eu li intelectuais negros durante a faculdade, mas não fazia parte dos componentes curriculares assim, lia paralelo, lia Ângela Davis (EVA MARIA, F2018, Tocantins).

Eu talvez possa ter lido na graduação, mas não foi o mesmo movimento que eu fiz no mestrado. Porque no mestrado foi de forma consciente (CAROLINA, F2016, Amazonas).

Na graduação a gente leu Lélia González, a Sueli Carneiro, Ângela Davis também, essas leituras bem clássicas assim (MARIANA, F2019, Roraima).

Nilma Lino Gomes (2018), ao analisar como a colonialidade está presente nos currículos aponta a descolonização como processo de ruptura epistemológica, política e social, ocupando um lugar primordial no movimento negro e na intelectualidade negra. Mas para que seja possível descolonizar currículos e a formação em psicologia faz-se necessário situá-los em seus contextos de produção, que são as universidades brasileiras. Considerando também que estas se constituíram em uma sociedade alicerçada em uma estrutura colonial, que mesmo pós-escravidão manteve a população negra sem nenhum tipo de assistência por parte do estado e operando uma política de embraquecimento da nação, assolando a desigualdade social e racial no Brasil. (LIMA; FREITAS, 2021).

O livro *Universidade Popular e encontro de saberes* ao tratar sobre o processo de democratização das universidades brasileiras, entre os anos de 2003 e 2014, possibilita entender o pensar e viver a universidade na atualidade como uma forma de reconfiguração das estruturas sociais, bem como, de entender a história e o papel das universidades nessa estrutura (CARVALHO, 2020). No livro, o antropólogo e professor José Jorge de Carvalho (2020) ao fazer uma breve análise da história das universidades brasileiras, chega à conclusão que essas instituições contribuíram para a desqualificação dos saberes afro-brasileiros e indígenas, pois são ancoradas em uma perspectiva eurocêntrica. Partindo disso, Beatriz Nascimento, no livro: “Uma história feita por mãos negras”, faz o seguinte questionamento: "como fazer, como escrever a história sem se deixar escravizar pela sua abordagem?" (NASCIMENTO, 2021, p. 37). Assim, na universidade, e mais especificamente, na psicologia é pertinente pensar como produzir e aprender sem se deixar escravizar pela abordagem eurocêntrica enraizada nesses espaços?

Para Carvalho (2020), a realidade das universidades modifica-se um pouco com a conquista da lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, onde há o ingresso de estudantes negras(os) e indígenas nesses espaços, sendo um movimento tanto da produção de estudos feitos por estudantes cotistas, quanto dos movimentos sociais externos à universidade. No entanto, ao adentrar nesses espaços, esses estudantes sofrem também com a falta de representatividade e o sentimento de não pertencimento, pois este não se configura como um espaço que foi feito para elas(es), pois são poucos os professoras negras e negros, além de estudarem somente autores brancos. É como se dentro das regras institucionais estivesse o pacto de não falar sobre raça, no entanto a universidade e a formação em psicologia sempre foram racializadas, as relações de poder e de raça sempre estiveram presentes nesses espaços e não falar sobre essas relações é uma forma de racializar a universidade a partir do referencial branco.

Essa omissão estrutural pode ser caracterizada como “uma forma que o pacto da branquitude vai utilizar para aniquilar qualquer ameaça ao seu domínio, pois estes já estabeleceram que o normal e o natural é que as pessoas brancas ocupem os lugares de poder e saber” (ALMEIDA, 2019, p. 27). Assim, essa branquitude é conceituada por Bento (2022) como uma racialidade sócio histórica caracterizada pela ideia de superioridade e que é sustentada por um pacto não verbalizado, com objetivo de preservação de privilégios para o grupo racial branco (BENTO, 2022). Esse pacto confere às pessoas brancas o privilégio da racionalidade neutra, sendo as pessoas negras forjadas como o Outro, a outridade.

4.3 A presença/ausência dos corpos negros na universidade

A respeito de professoras(es) negras(os) na graduação e se debatiam a temática racial, duas entrevistadas tiveram 03 professoras(es) negras(os), duas entrevistadas tiveram 02 professoras(es) negras(es), duas tiveram 01 docente negra(o) e uma profissional não apresentou uma quantidade exata, dizendo: “Alguns”. Dessas(es) docentes negras(os) de graduação nas formações das psicólogas entrevistadas, apenas duas professoras abordaram a temática racial. Assim, alguns fragmentos são apresentados abaixo:

Uma professora negra, mas ela... como não havia esse discurso, esse debate, essas reflexões na época da minha graduação, então eu não sei até que ponto naquele momento ela se reconhecia como negra (TEREZA, F2006, Amapá).

Tive duas professoras que eram assim minhas referências dentro do programa de psicologia, antes mesmo de debater sobre questões raciais... Elas não debatiam, não tinha essa disciplina sobre questão de raça (CAROLINA, F2016, Amazonas)

[...] três, Uma delas era substituta e os outros dois eram efetivos. E um professor, a gente pegou disciplina de políticas públicas, então ele... Foi uma disciplina super boa, mas não tinha diretamente um recorte... foi realmente nessa disciplina de política ou de psicologia social do racismo, que a gente pôde ter contato com o recorte racial em si (MARIANA, F2019, Roraima).

Sim, uma. Ela trazia questões, ela fez mestrado na África inclusive... Só que era tão fragmentado, fechado, que a gente não conseguia entender o que ela tava falando (ANTONIETA, F2014, Rondônia)

Quando Antonieta diz sobre ser tão fragmentado, fechado que não conseguiam entender, ela diz da temática racial na formação, tanto que embora aquela professora tenha trazido às questões, isso era difícil de compreender, devido à estrutura colonial ali instalada. Silvio Almeida (2019) aponta que o âmbito individual não dá conta do fenômeno do racismo, pois ele se inscreve na história e nas estruturas. Assim, o racismo resulta do funcionamento das instituições, e estas estão dentro de uma lógica estrutural, ou seja, “[...] as instituições são

apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2019 p. 32).

Em junho de 2014 a lei Nº 12.990, que reserva às pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, é decretada (BRASIL, 2014). Essas vagas passam a ser reservadas também para o ingresso de docentes negras e negros nas instituições de ensino superior. No entanto, como aponta Lima e Freitas (2021) ainda existe uma porcentagem muito pequena de docentes negras e/ou negros nas universidades, o que vai ao encontro do discurso proferido pelas psicólogas a respeito da presença de docentes negras(os) em sua formação.

Impedir o acesso das pessoas negras nestes espaços é negar a elas a possibilidade do deslocamento subjetivo que possibilita a libertação através do conhecimento, pois “o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação fundamental, para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes” (HOOKS, 1995, p.466).

Algumas entrevistadas mencionam a questão das(os) professoras(es) não se reconhecerem negras(os). Frantz Fanon, ao escrever *Pele negra máscaras brancas* (2020), apontou para as diversas máscaras que as pessoas negras são compelidas a colocarem para se sentirem humanas, para se enquadrar em um mundo branco. Assim, ele mesmo, ao ter o seu trabalho negado na universidade, teve que colocar uma máscara na sua produção, ser mais pragmático, menos poético, mais branco, para se enquadrar. Somente depois pode mostrar a potência e poética do que foi visto como uma ameaça às estruturas academicistas.

Neusa Santos Souza (2019) no livro *Tornar-se negro*, aponta que a pessoa negra acabou por tomar o branco como modelo de identificação, como possibilidade única de “tornar-se gente” (SOUZA, 2019, n. p.). Assim, entendemos que quando essas(es) poucas(os) docentes têm a dificuldade de se reconhecer racializada(os), enquanto mulheres e homens negras(os), diz também dos efeitos da perversidade estrutural do racismo quando operada por meio das instituições.

Após séculos de história, não ver-se representado em espaços de saber-poder, produz o efeito subjetivo de não entender qual “seu lugar” diante de uma estrutura que mais do que não ter sido construída para essa população, a excluiu e exclui, de modo brutal, aniquilando culturas, saberes e corpos.

Duas entrevistadas relataram sofrerem racismo na universidade, uma delas aponta:

Aquela série todo mundo odeia o Cris. Ele fala assim, ele falava negro, andava negro, aparentava negro. Era eu. Eu falava negro, aparentava negro, andava negro. E para eles era ruim. Eu sofri racismo com o meu cabelo, na instituição, de coordenadores.

De fazer piada dentro de coordenação, perguntando se o meu cabelo molhava (LUIZA, F2018, Acre).

Ser “negra demais” para o espaço da universidade ou do consultório de psicologia além do racismo estrutural remete ao racismo cotidiano, que é apresentado por Kilomba (2019) como uma sucessão de experiências que se repetem incessantemente na biografia da pessoa negra, transportando-a para a cena colonial, de forma a dizer a ela também que não pertence aquele espaço. Beatriz Nascimento, no documentário *Ôrí* (1989), traz a experiência do exílio, como a perda da imagem de si e do outro e como a estética negra é importante para o processo de descolonização da subjetividade negra. Aqui vemos uma propagação do exílio colonial, através do afastamento de uma pessoa negra do espaço de construção de saberes, pois se constitui como um espaço branco.

Desse modo, fazemos uso do conceito de epistemicídio, uma vez que permite organizar as questões que emergem nas entrevistas em torno do que podemos chamar de “presença negra” na formação em psicologia, relacionando desde as temáticas das relações raciais e intelectuais negras(os) nos currículos, até às salas de aulas com docentes e discentes negras(os), tendo em vista as formas de produção e reprodução dos conhecimentos, assim como o aniquilamento de culturas e saberes. Sobre esse conceito Sueli Carneiro pontua:

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p. 97).

A autora segue afirmando que é como um duplo sequestro da razão: tanto pela negação da racionalidade da pessoa negra, que é vista como o Outro, quanto pela imposição de uma cultura e conhecimentos brancos (CARNEIRO, 2005). O que permite pensar a respeito não apenas do que as(os) professoras(es) negras(os) enfrentam nos espaços de ensino-aprendizagem, mas discentes, conforme apontado pelas entrevistadas.

Neste sentido, cabe destacar como o epistemicídio apaga o pioneirismo de mulheres negras nas diversas esferas sociais. E com a psicologia não foi diferente, conforme destaca Gonzaga (2022) está recebeu e recebe de intelectuais negras preciosa contribuição do pensamento sobre noções emancipatórias de sujeito e sociedade. Tais intelectuais, inspiradas por memórias ancestrais, “têm anunciado modelos transformadores de organização social, de

autoridade epistêmica e de valorização das experiências como ponto de partida da enunciação científica e política”. (GONZAGA, 2022, p. 159-160)

No entanto, ainda que essas mulheres negras sejam pioneiras nos estudos das relações raciais pouco ainda se fala sobre elas nas instituições de ensino superior. Sobre isso, bell hooks aponta uma reflexão pertinente a partir do conceito de intelectual:

[...] o conceito ocidental sexista/racista, de intelectual, que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar as mulheres a oportunidade de seguir uma vida intelectual, tornou o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual. O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros (HOOKS, 1995, p.468).

A autora ainda afirma que essa estrutura atinge constantemente mulheres negras, que não conseguem enxergar a carreira intelectual como possível para elas, pois escrever e estar nesses espaços implica transgredir as barreiras e questionamentos impostos socialmente sobre sua capacidade intelectual. Nesse sentido, Patrícia Hill Collins (2019) ao falar sobre o pensamento feminista negro aponta a autodefinição das mulheres negras como fundamental para romper com as interpretações externas sobre sua realidade. Além disso, ela ainda aponta outras formas de produção intelectual de mulheres negras que transcendem os espaços da academia.

Como exemplos, Collins (2019) toma as cantoras negras de *Blues* como outras formas de produção de intelectualidade para o feminismo negro, o que seria também uma aproximação com coletivos da comunidade. Nesse sentido, José Jorge (2020) aponta que historicamente as universidades brasileiras possuem um distanciamento em relação às comunidades, também por cultivarem uma ideia de superioridade intelectual. Assim, Kilomba (2019), afirma que essa superioridade remete a ideia de conhecimento universal, que resulta da ordem eurocêntrica do conhecimento que serve apenas aos interesses brancos.

5 A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

5.1 Articulação com grupos e/ou coletivos: quilombamentos

Para essa discussão contamos com as contribuições da historiadora, ativista quilombola e poeta Beatriz Nascimento e do escritor e mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos, trazendo aspectos da instituição quilombo para pensarmos essas articulações coletivas como formas de quilombamentos. O termo “quilombamento” aqui parte do que Beatriz Nascimento apontava sobre as novas configurações do quilombo, pois para ela “quatro ou cinco negros reunidos também formam um quilombo, basta um negro estar com outro negro ou consigo mesmo” (NASCIMENTO, 2022, p. 130). Assim, ainda segundo a autora, o quilombo não remete apenas ao território físico, mas também ao existencial.

Os quilombos foram um marco na capacidade de resistência e organização da população negra e como Beatriz aponta eles estão em movimento e se transformam. Desse modo, Antônio Bispo dos Santos (2015) no livro *Quilombo, modos e significados*, aponta que o termo quilombo, que no passado era imposto e considerado uma organização criminosa, continua sendo utilizado pela população negra como uma forma de resistência, agora significando organização de direitos. Para ele, utilizar esses termos que antes eram usados pejorativamente, tanto para a população indígena, quanto a negra demonstra sua capacidade de ressignificação, bem como, sua visão plural e circular, que remete a cosmovisão afrodescendente (SANTOS, 2015).

Vale aqui uma breve passagem do documentário “Ôrí”, Beatriz Nascimento:

É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho o direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou (NASCIMENTO, 1989, n. p.).

Se para Beatriz Nascimento o quilombo está presente em cada corpo negro e quando as pessoas negras se reúnem, produzindo forças contra-hegemônicas, ali também se forma um quilombo (NASCIMENTO, 2021). Entendemos, com as participantes da pesquisa, que os coletivos, grupos e articulações de estudo e reflexão sobre as temáticas raciais podem se constituir como esse corpo político, que carrega em si a memória ancestral dos quilombos,

configurando também como novas formas de brecha no sistema que possibilita a articulação para a reivindicação de direitos, autoafirmação negra e resistência em tempos de destruição (NASCIMENTO, 1985).

Na medida em que emergem, nos discursos das entrevistadas, a ausência da discussão racial seus percursos acadêmicos oficiais, bem como, a prevalência dos saberes, das(os) intelectuais e professoras(es) brancas(os), analisamos que emergem também indicativos de que as psicólogas entrevistadas, após a graduação, buscam de modo mais autônomo processos formativos, participando de grupos, redes e/ou articulações de psicólogas(os) que discutem a temática racial, como espaço fundamental para a constituição das suas práticas profissionais antirracistas, o que consideramos aqui como processos de aquilombamento. Os processos forjados nesses espaços podem ser pensados a partir do que as entrevistadas indicam como: a) acolhimento que possibilita o autoreconhecimento como mulher negra; b) contato com referências teóricas negras e que abordem as relações raciais; c) leitura do território e sua importância na atuação profissional; d) valorização da oralidade; e) a possibilidade de realização de atividades antirracistas.

Sobre o auto reconhecimento, uma das entrevistadas relata: “costumo dizer que o meu processo de auto reconhecimento de mulher negra não foi doloroso, não foi violento, porque foi a partir desses lugares de muito acolhimento e muito afeto” (TEREZA, F2006, Amapá). Ao falar desses lugares se refere à Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP) e ao movimento negro local que proporcionaram um fortalecimento, pois “o quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz” (NASCIMENTO, 2021, p. 130). Aqui a dimensão do aquilombamento aparece como fundamental para a maneira como ela não apenas atua em relação à temática, mas como se subjetiva como mulher negra.

Entendemos que o processo de aquilombamento no percurso dessas psicólogas acontece no coletivo, sem separar-se da esfera individual, retornando também para o coletivo a partir da atuação profissional, como aponta Tereza: “ao mesmo tempo em que eu estava nesse processo do autoconhecimento de mulher negra, paro de alisar cabelo, participo das oficinas de tranças e começo a discutir psicologia e relações raciais” (TEREZA, F2006, Amapá). Tal como declama Beatriz Nascimento no documentário Ôrí: “É preciso a imagem para recuperar a identidade, tem-se que se tornar visível. Porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e cada um o reflexo de todos os corpos” (Ôrí, 1989, n.p).

Nesta direção é o encontro com colegas pretos tanto do CRP, da Comissão de Relações Raciais, quanto da ANPSINEP que ela vai refinando o seu entendimento sobre a temática. Além

disso, quando começa a entender a falta da discussão racial na graduação, começa a buscar novas referências teóricas negras ligadas à temática racial, o segundo aspecto importante para pensarmos esse processo de aquilombamento. Tal movimento implica diretamente na atuação profissional de Teresa e vai ao encontro da fala de Eva Maria: “a ANPSINEP me salvou muito nesse sentido de fornecer leitura, “mandar” eu ler Frantz Fanon, a Grada, Neusa Santos. ‘Vai ler fia’ [...]” (EVA MARIA, F2018, Tocantins).

Partindo disso, quando Santos (2015) apresenta o quilombo como um espaço de organização e reivindicação de direitos e Orí (1989) fala sobre a terra ser seu quilombo e ter direito a ocupar este espaço, possibilita pensar o direito que as pessoas negras têm de ocupar os diversos espaços, inclusive da universidade, no entanto esse processo de ocupação é preciso ser construído, pois ingressar em uma universidade não implica necessariamente pertencer àquele espaço. Essas psicólogas encontram nos espaços que aqui consideramos como esses que produzem processo de aquilombamento, as referências que falam sobre a história das mulheres negras, suas resistências e potencialidades, possibilitando o fortalecimento para reivindicar seus direitos. Aquilombar-se então, parte também da fuga de uma lógica eurocêntrica para o encontro com os seus, com sua própria história e cultura negra.

O terceiro elemento que destacamos no início da seção para pensar os processos de aquilombamento na produção de práticas antirracistas das entrevistadas trata-se da leitura do território e sua importância na atuação profissional, que na leitura de Beatriz Nascimento relaciona-se a terra: “a terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou” (NASCIMENTO, 1989, n.p.). Também para Carolina essa dimensão surgiu a partir do encontro com uma organização de mulheres negras da região Amazônica. Assim, ela declara que a Rede Fulanas a possibilitou “entender a questão do território também como parte da minha identidade enquanto mulher negra, enquanto profissional negra” (CAROLINA, F2016, Amazonas). E essa relação com o território se desdobra no que trataremos mais adiante a respeito das contribuições das práticas antirracistas na região Norte.

Santos (2015) afirma que o quilombo possibilita a ligação humana com a terra em um nível físico e espiritual. Assim, sobre a importância de entender a estrutura racial presente em cada território, a psicóloga Tereza destaca: “quando a gente começa a ter essa leitura racializada de tudo aquilo que a gente faz nos territórios onde a gente se encontra, é possível pensar também estratégias de intervenção, oferta de serviços e projetos que estejam de acordo com a necessidade daquele território” (TEREZA, F2006, Amapá). Portanto, entender esse território e

suas relações raciais específicas permite romper com as práticas universais e/ou eurocêntricas e se comprometer politicamente com a história e especificidades dos povos que ali habitam.

Além da importância do território, uma das entrevistadas relatou ter tido a oportunidade de ouvir as mais velhas na Rede Fulanas, o que a ajudou a entender sobre sua história e realidade, sendo um espaço de empoderamento. Assim, esse aspecto remete ao quarto elemento que constitui o quilombamento, a oralidade, que vai passando de geração em geração. Beatriz Nascimento, no documentário *Ôrí*, vai apresentar como canal de transmissão da memória histórica que as pessoas negras carregam na corporeidade. Sobre a oralidade, Santos (2015) traz em um trecho de seu poema “Porque mesmo que queimem a escrita, não queimarão a oralidade”, demonstrando que esta é um instrumento fundamental para alcançar o que Beatriz Nascimento sonhava com seus estudos sobre o quilombo: garantir a continuidade histórica desses quilombamentos.

5.2 O lugar das instituições na produção de práticas antirracistas

Além dessas inserções em grupos e coletivos que não estão ligados a uma instituição formal, tratados aqui como quilombamentos, algumas das entrevistadas apontam a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e os Conselhos Regionais de Psicologia, como espaços que contribuíram com seu percurso acadêmico após a graduação através da realização de atividades com a temática das relações raciais. Assim, em relação à Psicologia Social, Macedo (2022) afirma que a Psicologia Social Crítica e a Psicologia Social Comunitária Latino Americana, construíram profícuos diálogos e pensamento crítico, somado a experiências junto aos movimentos sociais e as camadas populares, periféricas e subalternizadas (MACEDO, 2022). Portanto, ainda segundo ele, muito há a se caminhar e construir nas bases da psicologia para que ela rompa com a colonialidade.

Sobre o lugar do CFP, através dos CRPs, Boas e Moura (2022) no texto “Um tempo para o nosso tempo: o CFP na luta antirracista”, lançado recentemente na coletânea *Psicologia brasileira na luta antirracista (2022)*, apontam para a preocupação e engajamento do CFP com a temática. Sendo assim, são apresentados várias ações realizadas pelo CFP e os CRPs, no decorrer da história, com o objetivo de produzir enfrentamentos ao racismo nas práticas psicológicas. Para isso, o CFP a partir da comissão de Direitos Humanos (CDH), que, dentre outras ações, “tem buscado dialogar com diversas áreas e campos de atuação da psicologia e lançar um olhar interseccional e decolonial sobre a questão racial no Brasil, colocando em debate leituras distintas que possam contribuir para práticas psicológicas antirracistas” (BOAS;

MOURA, 2022, p. 148). Desse modo, esse movimento aponta para uma dívida histórica que a psicologia tem com as populações negra e indígena, mas aponta também para a mudança e a caminhos já trilhados como possibilidades de novas construções.

Quando as entrevistadas relacionam os processos de aquilombamento com as práticas antirracistas em psicologia, remetem a uma construção forjada para além da formação oficial nos cursos de graduação, envolvendo diversas esferas/dimensões da formação, da profissão e da vida: cursos, palestras, congressos, pós-graduação, produções coletivas, articulações com grupos e associações, diferentes atuações profissionais e relação com o território. O que vai ao encontro ao que Geni Nuñez, psicóloga indígena, ao falar sobre a necessária descolonização do pensamento psicológico, nos convida “que a descolonização de nossas práticas seja um processo contínuo, engajado e coletivo”. (NUÑEZ, 2019, p. 11). No entanto, ressaltamos que esse coletivo precisa também dizer respeito às diversas outras instâncias, não apenas às profissionais de modo individual, como as instituições formadoras, seus currículos e o próprio processo de fiscalização do exercício profissional por parte do Sistema Conselhos.

5.3 Práticas antirracistas realizadas pelas psicólogas

O termo “antirracismo” aparece em muitos artigos, mas em sua maioria este não costuma ser discutido ou apresentado mais especificamente, sendo empregado constantemente como pressuposição de uma reação contrária ao racismo. No entanto, Guimarães (1999), através do texto “Racismo e antirracismo no Brasil”, nos permite perceber que este conceito já foi usado de distintas formas no decorrer da história e em diferentes lugares do globo, inclusive usado pela classe média branca como forma de mascarar as estruturas do racismo brasileiro.

Tendo em vista que existem distintas expressões de antirracismo, o antirracismo e as produções antirracistas abordadas no presente trabalho vão ao encontro ao antirracismo produzido pelos afro-brasileiros, aquele que segundo Guimarães (1999) evoca a percepção racializada de si mesmo e dos outros, produzindo a reconstrução da negritude a partir das heranças ancestrais da população negra. Essa perspectiva dialoga diretamente com o que Schucman (2010) aponta, ao defender que a luta antirracista necessita ser articulada a partir da categoria raça, para que sejam pensadas as especificidades da população negra, bem como, a resignificação e reparação social. No entanto, para além da dimensão de uma “percepção de si” e das especificidades da população negra, o uso de antirracismo no trabalho também alude a ideia de reparação social, considerando as dimensões do racismo institucional e estrutural, conforme discute Almeida (2019).

Trata-se, portanto, de pensar as práticas das profissionais de psicologia como constituídas em relações de saber-poder, materializadas em seus currículos de formação, em seus percursos profissionais, nos grupos e coletivos, nas instituições que desenvolvem tais práticas, conforme aponta Dandara: “para você realizar uma prática clínica antirracista você precisa, primeiro ter a consciência de que o Brasil é sim um país racista e que existe essa desigualdade entre os grupos raciais” (DANDARA, F2019, Pará). Assim, ela segue afirmando que essa estrutura não é apenas social, mas também psíquica, que atravessa não apenas a pessoa negra, mas também a branca, então é necessário estar ciente dessa estrutura para escutar, seja na clínica ou em outros espaços, o sofrimento daquela pessoa conforme a posição dela na sociedade.

Também sobre posições na sociedade, as práticas antirracistas a partir das participantes da pesquisa envolvem a representatividades e ocupação de espaços de poder, para que assim as demandas da população negra sejam representadas nesses espaços através dessa inserção. Sobre isso, Dandara afirma: “a(o) psicóloga(o) que está inserido ali nas organizações pode realizar práticas antirracistas, por exemplo, né? Quem sabe, possibilitando o acesso de pessoas negras a status de poder, a cargos de poder, para que a gente tenha mais representatividade né?” (DANDARA, F2019, Pará).

Em diálogo com essa perspectiva antirracista, no quadro abaixo, são destacadas, atividades propostas e/ou participadas por elas em suas práticas profissionais antirracistas:

Quadro 2 – Práticas profissionais antirracistas apresentadas por participantes

Atividades na formação em psicologia	Palestras, Congressos, Grupo de pesquisa, Grupo de estudos, Docência na graduação, Supervisão de estágio, Participação em seminários, Live.
Atividades com sujeitos, grupos, organizações e comunidades	Trabalho com mulheres indígenas sobre políticas públicas, Escuta de mulheres negras e homens brancos, Grupo com adolescentes, Exposição Artística, Oficinas de turbante, Oficinas de tranças Afros, Projeto com juventude periférica através da arte, Empoderamento – Emancipação, Prática Clínica, Formação psicoeducativa, Incentivo de leitura de livros com a temática na escola, Mesa redonda e escuta clínica em quilombo, Campanhas com a temática racial.

<p>Atividades em instâncias de decisão e poder</p>	<p>Instâncias de representatividade, espaços organizativos, coletivos políticos, ocupação de espaços de poder.</p>
---	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Anterior à apresentação das atividades destacadas cabe-nos destacar o que há nessas atividades que as torna antirracistas, de acordo com os principais aspectos apontados pelas entrevistadas: a) são atividades que partem do entendimento da estrutura racial e de desigualdade presente no Brasil; b) consideram a importância da representatividade e ocupação dos espaços de poder e decisão; c) fundamentam-se em produção de intelectuais negras(os), bem como, a produção de novas epistemologias que levem em consideração os saberes negros e indígenas; d) consideram e evidenciam a experiência de corpos negros e suas relações com o território; e) a produção de reflexões, denúncias e confrontos frente a essa estrutura racial.

Parte de entender, também, qual o lugar da psicologia enquanto ciência e profissão nessa estrutura, Lucas Veiga (2019) indica que descolonizar a formação e prática em psicologia parte de reconhecer que a psicologia brasileira é branca e que durante muito tempo contribuiu para a manutenção dessa estrutura colonial. Martins (2022), na coletânea: Psicologia brasileira na luta antirracista, lançada em 2022 pelo Conselho Federal de Psicologia e a Comissão de Direitos Humanos, aponta para os caminhos percorridos pela psicologia e os saberes psicológicos, a partir de um olhar otimista, afirmando que a psicologia está aberta para esse debate e vem mudando. No entanto, sinalizando que a psicologia muito tem a caminhar para a construção de uma ciência e profissão efetivamente antirracista, sendo para isso necessário reconhecer os erros do passado, repensando seus posicionamentos e práticas.

É importante destacar que o enfrentamento do racismo estrutural para as entrevistadas, como prática antirracista, passa necessariamente por uma tarefa anterior que é seu entendimento na estrutura, juntamente com as relações de poder e com a produção de saberes. E neste ponto foi recorrente o retorno à formação na graduação e as lacunas presentes em uma única forma de aprender e fazer psicologia. Assim, o encontro com intelectuais negras(os) surge como encontro ancestral que possibilita rever epistemologias e intervenções, como podemos observar nos trechos que seguem:

Entendo como prática antirracista rever a nossa epistemologia porque tudo que a gente sabe sobre psicologia é colonizado assim, fomos colonizados, e a gente tem muitos saberes que não foram disseminados, justamente por conta do racismo estrutural, o

chamado epistemicídio. Eu entendo que é rever nossas práticas, repensar esse saber que veio da Europa, será que ele cabe bem aqui nessa intervenção que eu estou fazendo no interior do Tocantins? E também procurar conhecer outros saberes. E aplica-los no nosso dia a dia, nas nossas intervenções, claro que com muita ética né? (EVA MARIA, F2018, Tocantins).

Eu entendo que tem a ver com a forma que a gente constrói conhecimento e age. Como nos movimentamos a partir desse movimento que é construído levando em consideração também a necessária mudança de referências daquilo que estamos construindo enquanto conhecimento (TEREZA, F2006, Amapá).

Esse movimento de busca por novos caminhos, novas epistemologias, se assemelha ao movimento pontuado por Beatriz Nascimento no documentário *Ôrí*, ao falar sobre a construção dos quilombos. Esse movimento surge a partir da necessidade de resistência e da criação de novas formas de organização, somado à negação da pessoa negra quando posicionada como propriedade do outro. Assim, buscar e criar novas epistemologias a partir da sua realidade racial parte da negação da população negra de ter sua história contada a partir da ótica da branquitude, do colonizador. Esse movimento de fuga, que por vezes foi considerado como algo ruim, é apontado por Beatriz Nascimento como o ato primeiro, o movimento que rege as pessoas negras na busca pela libertação (ORÍ, 1989).

Para Sueli Carneiro “a desconstrução da brancura como ideal de ego na sociedade é imperativo para a libertação e cura de todos: negros, brancos, indígenas, orientais. E talvez nisso resida o papel mais estratégico que os psicólogos têm a cumprir” (CARNEIRO, 2011, p. 81). Assim, a psicologia precisa se aprofundar mais no imperativo dos corpos brancos, também como racializados, como instrumento de poder, privilégios e seus modos de subjetivação. Como aponta a psicóloga Antonieta “nós precisamos questionar o pacto da branquitude, questionar as estatísticas de genocídio da população negra e da violação geral de direito, a gente precisa se impor mediante as situações racistas” (ANTONIETA, F2014, Rondônia).

5.4 Contribuições da psicologia na luta antirracista na região norte

Neste sentido, ao serem perguntadas sobre como a psicologia poderia contribuir para a luta antirracista na região Norte do país, as psicólogas indicaram partir de: a) “principalmente no combate ao racismo estrutural” (LUÍSA, F2018, Acre); b) “o primeiro ponto fundamental é a psicologia entender que território é esse” (TEREZA, F2006, Amapá); e c) “produzindo conhecimento a partir do que a gente conhece da nossa população daqui” (EVA MARIA, F2018, Tocantins), conforme podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 3 – Contribuições da psicologia na luta antirracista na região Norte

<p>COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL</p>	<p>“Principalmente no combate ao racismo estrutural” (LUÍSA, F2018, Acre).</p> <p>Criar “um espaço de discussão que seja forte, que não seja só de psicólogos negros, negras, mas que seja para pensar a branquitude também” (MARIANA, F2019, Roraima).</p> <p>É dentro das formações acadêmicas no geral é estar perto da população [...] A gente precisa começar a dialogar com a sociedade. (ANTONIETA, F2014, Rondônia).</p> <p>“Realmente estando nos espaços deliberativos, nos espaços de diálogos, capacitando as psicólogas, psicólogos e psicólogues através da comissão de direitos humanos de cada CR, [...] é levando isso pras faculdades, as faculdades andam levando a consciência das pessoas de que o racismo existe e que ele precisa ser combatido, que o contrato da branquitude existe” (ANTONIETA, F2014, Rondônia).</p>
<p>ENTENDER ESPECIFICIDADE S E DEMANDAS</p>	<p>“O primeiro ponto fundamental é a psicologia entender que território é esse” (TEREZA, F2006, Amapá).</p> <p>“Ainda se tem essa ideia de uma Amazônia homogênea, em que os povos indígenas estão todos aldeados. Existem os indígenas</p>

<p>DOS TERRITÓRIOS</p>	<p>aldeados, existem indígenas que estão nas cidades, existem os indígenas que estão tentando retomar seu território, então tem uma dinâmica em que é muito específica e isso precisa ser olhado territorialmente” (TEREZA, F2006, Amapá).</p> <p>“A psicologia aqui no Norte, assim como o resto do Brasil ainda precisa se implicar mais com a questão do negro, mas também se implicar com a questão do indígena” (DANDARA, F2019, Pará).</p> <p>“A psicologia não tem como fazer, como ofertar cuidado, como ofertar serviços de cuidado, se ela não conhece as especificidades desses territórios. Se continuar olhando para a Amazônia com um grande e um todo homogêneo, ela não vai conseguir de fato ser uma psicologia que possa prestar serviços, que possa estar presente a partir daquilo que é necessidade desses lugares, desses territórios” (TEREZA, F2006, Amapá).</p> <p>“Do contrário, a psicologia vai continuar sendo uma profissão, uma ciência que trabalha em favor da manutenção dessas violências estruturais e do próprio racismo. [...] Então, eu acho que a psicologia de fato, para entrar nesse lugar de uma intervenção, de uma força antirracista, ela precisa reaprender a olhar para os territórios onde ela está se propondo a agir” (TEREZA, F2006, Amapá).</p>
<p>PRODUÇÃO DE REFERÊNCIAS PRÓPRIAS</p>	<p>“A gente pode trabalhar na luta antirracista produzindo esse conhecimento a partir do que a gente conhece da nossa população daqui. Promovendo ações que vão atingir essas pessoas, pressionando as instituições a respeito disso, levar os dados de violência, violência sexual, violência autoprovocada, negligencia, abandono, violência física, pegar esses dados e pressionar as instituições, para que essas instituições possam formular políticas públicas que acessem as populações indígenas, negras, que a gente tem aqui no Norte” (EVA MARIA, F2018, Tocantins).</p>

	<p>“Amplificar mais vozes, mais vozes de pesquisadoras e pesquisadores negros e indígenas. Financiamento da produção e da visibilização científica” (CAROLINA, F2016, Amazonas).</p>
--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Sobre o combate ao racismo estrutural, Mariana aponta que parte da criação de espaços de discussão, lembrando que não apenas como iniciativa ou voltados aos psicólogas(os) negras(os), mas principalmente envolvendo profissionais brancas(os), no processo de discussão e problematização da branquitude, por meio do investimento em capacitação para os profissionais, para que haja o reconhecimento dessa estrutura nos diversos campos de atuação da psicologia. Nesse sentido, Bento (2022) aponta a urgência de não apenas falar sobre o que a população negra vem perdendo no decorrer da história, mas também sobre os privilégios e ganhos que a raça branca vem usufruindo, de como escondidos atrás da meritocracia, as(os) herdeiras(os) brancas(os) desfrutam da sua herança escravocrata.

O rompimento com o ideal ocidental surge como brechas no sistema, fissura na estrutura racial, que permitem vislumbrar novas metodologias e formas de fazer psicologia, que podem gerar novas fissuras até que consigamos romper completamente com essa estrutura. Desse modo, Fanon (2020) afirma que “precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2020, p. 90). Sendo assim, parte também de responsabilizar e destituir a supremacia branca desse lugar de superioridade e privilégios (NÚÑEZ, 2022, p. 55).

Rompendo com essa lógica eurocêntrica de detenção do conhecimento universal e único, a universidade, e mais especificamente a psicologia, pode abrir-se para o encontro com os saberes presentes nas comunidades indígenas, quilombolas, rurais e ribeirinhas.

Precisamos sacrificar o racismo que carregamos - tal qual o carneiro - em prol do cuidado das cabeças pretas que nos procuram. Precisamos sacrificar o carneiro da normalidade e reconhecer o abebé prateado de Iemanjá como símbolo desse saber através do qual vemos o outro e o mundo que lhe atravessa, é tempo da Psicologia brasileira reconhecer como Senhora das cabeças, a que curou Obatalá, a que com o sal cura nossos pensamentos turbulentos, Senhora da Psicologia Decolonial, Iemanjá, não nos deixe mais adoecer da doença deles, enlouquecer pela loucura do ódio deles, não nos deixe beber o veneno da colonialidade, nunca mais. Odoyá (GONZAGA, 2019, p. 140).

Assim, para além de levar conhecimento, conscientização, é possível vislumbrar outros caminhos, tais como, o da construção conjunta, trazendo também esses saberes e discussões fundamentais para dentro da universidade, para dentro das grades curriculares. Afinal, como

relatado no decorrer deste estudo, isso foi faltante para a maioria das psicólogas entrevistadas: a falta de representatividade e da temática racial em sua formação acadêmica. Antonieta aponta que a psicologia precisa produzir para além das suas paredes, não que não tenha feito isso, tem feito há muito tempo. No entanto, ainda há muito o que caminhar e construir. Assim, ela é vista também pelas psicólogas como uma ciência e profissão que pode contribuir na luta antirracista na região norte e em todo país através da construção de debates, da denúncia, enfrentamento e da ocupação de espaços de poder e decisão que possam fortalecer a luta por políticas públicas e a garantia de direitos.

Em relação às especificidades territoriais, quatro das sete entrevistadas apontaram para a importância de conhecer o território e as populações que ali residem, baseando sua prática a partir de suas demandas específicas. Assim, Dandara afirma que em seu estado a psicologia precisa se implicar mais com a questão indígena. Seria pensar suas demandas e sofrimentos, pensar que a população indígena também foi colonizada e explorada. Já a Mariana relatou que em seu estado é necessário aprofundar mais na discussão voltada ao sofrimento e demandas da população negra, pois já possuem uma discussão estruturada em relação às questões indígenas. Ademais, o que une tais perspectivas e especificidades é o fato da necessidade de unir forças, “[...] para que a gente encontre pontos de convergências entre as nossas demandas e para que a gente possa olhar para a nossa realidade por inteiro” (DANDARA, F2019, Pará).

Em consonância com tais afirmativas, Tereza explica que é importante olhar o que nos une, mas não perder de vista que cada estado, cada comunidade, seja ela quilombola, indígena, ribeirinha, rural, possuem dinâmicas específicas que “precisam ser olhadas ainda, e olhadas com muita honestidade, para que se compreenda de fato aquilo que é necessário para cada um desses territórios.” (TEREZA, F2006, Amapá). Assim, parte de entender que não é apenas fazer psicologia na região norte, mas de fato conhecer essa região e construir junto com a população a qual está inserida.

Entender que existem outras formas de ser e estar no mundo que não apenas a eurocêntrica permite acesso a outras formas de produção de conhecimento e de fazer psicologia. Ao fazer esses apontamentos, as psicólogas demonstram que entendem a estrutura regional de valorização do conhecimento e a necessidade de mudança. Tal como aponta Tereza:

A gente ainda bebe muito e quase exclusivamente de fontes daquilo que é produzido enquanto conhecimento na região sudeste e de alguma forma também na região nordeste. A gente não tem ainda essa prática dessa produção de referenciais que tenham a ver com aquilo que é a especificidade da própria região norte (TEREZA, F2006, Amapá).

Partindo disso, as entrevistadas apontam também para a importância da visibilização das produções da região Norte. Principalmente através de financiamento nas pesquisas e no alcance dessas produções, para que possam chegar até a população.

Assim, foi possível identificar que as entrevistadas demonstram conhecimento dessa estrutura racial e regional, o que comparado com a entrevista feita pelo CFP com psicólogas negras, no estudo intitulado “Eu, mulher, psicóloga e negra”, publicado em 1984, elas possuem um letramento racial maior para nomear os fenômenos sociais e modos de subjetivação. Isso demonstra que foi feito um caminho importante em termos de estudos sobre relações raciais e torna-se primordial o reconhecimento de que esse caminho se deve muito ao legado de pioneirismo e tenacidade de mulheres negras dentro e fora da psicologia, na luta antirracista através de suas vivências e produções.

5.5 Vivência das mulheres negras na produção de práticas profissionais antirracistas

Ao estudar a história da psicologia, podemos dizer que o corpo vivo e práticas dessas psicólogas negras nesses espaços, representaram também fissuras nessa estrutura, brechas nas quais novas possibilidades e debates foram possibilitados. Assim, Carolina destaca “acredito que a prática antirracista, primeiramente está dentro do meu corpo vivo, nesses espaços” (CAROLINA, F2016, Amazonas). Em consonância com tal afirmação, Alex Ratts (2006) no livro “Eu sou Atlântica”, apresenta a perspectiva de Beatriz Nascimento:

Esse corpo negro ainda que parado para falar ou fixado em fotografia enuncia sentidos. Na memória corporal ou na difícil construção da cidadania, a linha do corpo negro continua desenhando o espaço. Fio da memória. Fio da identidade. Espelho que nos indaga (RATTS, 2006, p. 68-69).

Em interlocução com autoras(es) negras(os) que aqui foram trazidas(os), ouvimos das entrevistadas que as práticas antirracistas não se constituem apenas com o reconhecimento da estrutura da sociedade e incorporação de bibliografias negras, é preciso à dimensão do ser: “É preciso estar necessariamente vinculada a uma forma de construir conhecimento que tenha como referências a vida, as experiências de pessoas negras e também de pessoas indígenas” (TEREZA, F2006, Amapá). Trata-se de um corpo negro vivo que continua (re)desenhando espaços e transformando realidades, como Carolina relata:

Na minha concepção, estar nesses espaços brancos, a universidade e alguns outros espaços de trabalho, como a clínica, estar viva nesses espaços já é uma prática antirracista. Estando viva, consigo pensar em transformação. Eu consigo pensar para além da dor, eu consigo pensar para além da estrutura violenta que é o racismo. Então,

o primeiro passo em 2016 foi entender essa estrutura, o que é isso? Como é que ela me atravessa? E aí agora, caminhando, né? Eu tenho um tempo, um pouco de tempo, pensar e colocar isso na minha prática clínica, dentro de uma prática que eu nunca pensei que fosse atuar. Pensar as nossas vivências para além da dor. Entender as nossas potências. E entender nossas potências através das nossas histórias, das referências que estão mais próximas de nós. E não de referências que estão muito distantes (CAROLINA, F2016, Amazonas).

Assim, o que ela apresenta aqui é essa dimensão do corpo enquanto território político (GRIJALVA, 2020). Esse corpo que Beatriz Nascimento apresenta como território de memórias, que carrega a ancestralidade e que também surge como um território político, a partir do momento em que se percebe nessa estrutura, nesse espaço-tempo, onde pode se repensar e reconstruir-se a partir de uma história própria. Percebendo-se enquanto potência e agente transformador em sua atuação profissional.

Entender essa potencialidade envolve retornar a sua história, compreender a estrutura e seu lugar nela, se aproximar de leituras, mas para, além disso, envolve existir nesses espaços, pois “cada indivíduo é o poder, cada indivíduo é o quilombo” (ÔRÍ, 1989). E existir aqui envolve considerar que sua prática não é deslocada de suas vivências, mas que estas esferas dialogam e permitem um lugar para analisar os acontecimentos sociais, como aponta algumas das entrevistadas nos trechos abaixo:

Essa prática antirracista na minha trajetória se refere não apenas às leituras teóricas ou mesmo a escuta de outras pessoas pretas que são da academia ou que são de movimentos sociais, tem também muito a ver com aquilo que eu vivencio desde criança na casa, por exemplo, dos meus avós maternos e paternos lá no Amapá. E com aquilo que eu escuto, vivencio, troco, durante todos esses 10 anos que eu passei percorrendo pelo interior do Pará, no trabalho no CRAS e na docência em psicologia” (TEREZA, F2006, Amapá).

Tenho uma trajetória de vida dialogada com a minha prática profissional que vai me permitir uma perspectiva para analisar o fenômeno social. Então na prática clínica eu tento colocar isso: “olha, essa é uma perspectiva”. Então romper com essa ideia de homogeneidade, de universal, de suposto saber. E às vezes as pessoas não estão preparadas para isso” (CAROLINA, F2016, Amazonas).

Pensando nessa homogeneidade, Carolina faz uma crítica necessária, que alguns acreditam que “toda psicóloga negra deve pesquisar negritude, raça e tudo mais. Sendo que não. Chegar até esse ponto leva um tempo. Não, a gente pode e deve pesquisar e estar nos espaços que a gente decidir estar” (CAROLINA, F2016, Amazonas). Além disso, ela aponta para o cansaço diante da ocupação de espaços políticos e de debate racial, trazendo como efeito sobrecarga, e, conseqüentemente, o adoecimento físico e psicológico dessas profissionais.

Para as entrevistadas primeiro é preciso passar por esse processo de letramento racial de si própria(o), entender o seu lugar como uma pessoa em uma sociedade racista, para somente

após isso conseguir entender seu lugar enquanto psicóloga em uma perspectiva ética e política. No entanto, para a produção de práticas antirracistas faz-se necessário ir para além das esferas individuais e restritas às psicólogas(os) negras(os).

Em relação às psicólogas(os) brancas(os), ousar dizer, talvez o processo passe também por se perceber racializada(o), reconhecendo a estrutura de desigualdade racial que assola o país, a partir da história e proximidade com a temática reconhecer-se enquanto detentora/detentor de privilégios. Entendendo assim que nos diversos espaços que atuará essa estrutura também estará presente, repensando assim sua prática, se atuará contra esse sistema ou se será apenas mais uma engrenagem de manutenção colonial.

Vale ressaltar que o Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(os) prevê que “a(o) psicóloga(o) trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o), Princípio Fundamental II, 2005). Assim, aos profissionais de psicologia cabe o exercício da reflexão, do questionamento e confronto, revisando primeiramente suas formas de produzir e transmitir conhecimento, bem como, revisando suas práticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo discutimos que as relações estabelecidas entre as práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e seus percursos acadêmico-profissionais partem da ausência ou pouca discussão da temática racial nas instituições de ensino superior. Observa-se que essas formações são racializadas a partir do referencial branco e de conhecimentos trazidos das regiões sudeste e nordeste do país, o que é transmitido a partir da denúncia das psicólogas para um olhar mais específico para a territorialidade. As entrevistadas estudaram durante toda a formação intelectuais brancas(os), suas professoras(es) foram hegemonicamente brancas(os), indicando assim a materialização do conhecimento adquirido no ensino superior ancorados em conhecimentos eurocentrados. Essas formações pouco contribuíram para a construção nas práticas antirracistas das profissionais e demonstram que nenhuma educação é politicamente neutra (HOOKS, 2013, p. 53).

A constituição das práticas profissionais antirracistas das psicólogas entrevistadas se dá a partir de uma construção contínua e em caráter de busca própria, produzindo processos de aquilombamentos, na atuação profissional, buscando referências negras, no contexto de vida e na leitura das demandas do território, elementos fundamentais para tecer práticas.

Ademais, foi possível, a partir dos apontamentos de cada psicóloga, perceber as contribuições que fazem sentido para cada uma dentro da sua realidade específica de trabalho, possibilitando afirmar que “o pluralismo do pensamento não empobrece; pelo contrário, enriquece” (MUNANGA, 2020, p. 65). E assim, reaprender a olhar para os territórios, reconfigurando o fazer ciência, pois “ciência, no melhor sentido da palavra, demanda movimentar certezas sob as quais repousam privilégios historicamente produzidos e, nesse sentido, a ciência psicológica tem um longo, necessário e importante caminho pela frente” (GONZAGA, 2022, p. 176). Tal posição pode ser assumida por todas(os) que se comprometem a fazer psicologia, para que sigamos ancoradas(os) na memória de que não estamos só, pois como recorda Werneck (2010) nossos passos são ancestrais e vêm de longe.

A produção teórica que visibiliza as práticas das psicólogas negras surge também como reconhecimento e valorização das mulheres negras que tanto lutam e lutaram para a construção de uma psicologia antirracista. Mas, também parte de ouvir delas quais implicações surgem ao estarem à frente desses debates, quando as instituições, que são as principais responsáveis e reprodutoras dessa estrutura racial desigual, não o fazem. Para além da esfera individual, esse caminho requer compromisso das instituições formadoras e as de regulamentação, orientação e fiscalização do exercício profissional, assumindo sua responsabilidade na construção de uma

ciência e profissão antirracista, pois tal como apresentado no decorrer desse estudo, ainda existem muitas lacunas tanto no percurso acadêmico quanto no profissional em relação à temática racial, no que tange às formações fornecidas institucionalmente. Esperamos que o debate aqui promovido possa contribuir com tal intuito, destacando também as especificidades da Região Norte e, conseqüentemente, avançando para o incentivo de produções com referências específicas para esse contexto.

Assim, entendemos que os objetivos do estudo foram alcançados, sendo pertinente destacar que buscamos fazer uma aproximação com as práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras, analisando as relações com seus percursos acadêmicos na formação em psicologia, sem, no entanto, abarcar a dimensão curricular mais específica da trajetória de cada entrevistada. Ademais, por ser apenas uma aproximação, o estudo não traz dados mais específicos de cada estado ou comunidade, abrindo caminhos para que novos estudos possam ser realizados. Neste sentido, sugerimos a realização deste estudo por estado, alcançando um maior número de psicólogas por estado e ampliando o debate sobre território; e, também, o direcionamento do estudo para a atuação de psicólogas(os) brancas(os) e indígenas, na aposta de que, mais produções sejam realizadas, para que consigamos aprender com a diversidade presente na nossa região e nos fortalecer na luta antirracista.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- AQUINO, Mirian de Albuquerque. A presença de mulheres negras em espaços públicos como uma questão de desigualdade de gênero. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 2, p. 555-576, 2015.
- ARRAES, J. **Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017.
- ARTES, A.; MENA-CHALCO, J.. Expansão da temática relações raciais no banco de dados de teses e dissertações da Capes. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 4, p. 1221–1238, out. 2017.
- BENINCÁ, D.; NEVES, F. M. Extensão universitária popular e integração social na feira da agricultura familiar. *In*: TUGNY, R. P.; GONÇALVES, G. (org.). **Universidade popular e encontro de saberes**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- BENTO, M. A. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BOAS, C. R.V.; MOURA, M. J. **Um tempo para nosso tempo: o CFP na luta antirracista**. Brasília, DF: CFP, 2002.
- BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 6 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei n.º 12.990, de 09 de junho de 2014**. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12990.htm. Acesso em: 6 abr. 2023.
- CARNEIRO, A. S. J. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 6 abr. 2023.
- CARNEIRO, A. S. J. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. [S. l.]: Selo Negro, 2011.
- CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- CARVALHO, J. J. Encontro de saberes, descolonização e transdisciplinaridade: três conferências introdutórias. *In*: TUGNY, Rosângela Pereira de; GONÇALVES, Gustavo. **Universidade popular e encontro de saberes**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, DF: Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Eu, mulher negra e psicóloga. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 10- 15, 1984.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia brasileira apresentada em números**. [202-?]. Disponível em: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>. Acesso em: 22 maio 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres**. Brasília, DF: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIMENSTEIN, M. *et al.* Gênero na perspectiva decolonial: revisão integrativa no cenário latino-americano. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, p. 1-14, 2020.

DINIZ, D. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Campo Grande: Letra Livre, 2013.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FÉLIX-SILVA, A. V. et al. Psicologia da diferença, relações raciais e formação da(o) psicóloga(o). **Psicologia: ciência e Profissão**, v. 42, p. 1-17, 2022.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002.

FRANTZ, F. **Pele Negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GOMES, N. L. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando o currículo. *In*: BERNARDINO-COSTA, N. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

GONZAGA, P. R. B. “**A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo**”: produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais. 347f. (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019.

GONZAGA, P. R. B. Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia. **Psicologia brasileira na luta antirracista**, Brasília, DF, v. 1, p. 154-182, 2022.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 1, n. 1, p. 223-244, 1984.

GOUVEIA, M.; ZANELLO, V. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em estudo**, v. 24, p. 1-15, 2019.

GRIJALVA, D. G. **Meu corpo é um território político**. Rio de Janeiro: Zazie edições, 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HOOKS, B. Amar a negritude *In*: HOOKS, B. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019. 19 p.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 465-477, 1995.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LIMA, C. DE A.; FREITAS, R. C. DE. Ainda somos poucos!? Invisibilidade e silenciamento de docentes negras (os) nas universidades. **Abatirá: Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 2, n. 3, p. 224-241, 2021.

MACEDO, J. P. Afiando nossas armas da crítica sobre o colonialismo acadêmico e a formação em psicologia. *In*: COSTA, J. F. A; MORTADA, S. P.; LIBARDI, S. S; NETTO, T. L. B. **Psicologia social e luta antirracista**: reflexões e estratégias ético-políticas a partir da interseccionalidade. Bauru: Gradus Editora, 2022.

MARTINS, H. V. Raça, colonialismo e o discurso decolonial: resistências e ressonâncias negras na Psicologia. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia brasileira na luta antirracista**. Brasília, DF: CFP, 2022.

MINAYO, M. C. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTE, L. E. Um retrato da psicóloga brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 279-281, 2015.

MUNANGA, K. O papel da universidade na luta contra o racismo e em defesa das políticas afirmativas. *In*: TUGNY, Rosângela Pereira de; GONÇALVES, Gustavo. **Universidade popular e encontro de saberes**. Salvador: EDUFBA, 2020.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói: EDUFF, 2004.

NASCIMENTO, M. B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Revista Afrodiáspora**, v. 3, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

NASCIMENTO, M. B. **O negro visto por ele mesmo**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NASCIMENTO, M. B. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, R. Frantz Fanon no Brasil: uma releitura da sua recepção pelo pensamento negro feminista. **Revista Ártemis-Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, v. 27, n. 1, p. 158-181, 2019.

NÚÑEZ, G. Descolonização do pensamento psicológico. **Plural**: valorização profissional em tempos de “novas” praticas em Psicologia. Florianópolis, SC, p. 6-11. 2019.

NÚÑEZ, G. Efeitos do binarismo colonial na psicologia: reflexões para uma psicologia anticolonial. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia brasileira na luta antirracista**. Brasília, DF: CFP, 2022.

OLIVEIRA, L. R. C. Racismo, direitos e cidadania. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 81-93, jan. 2004.

ORI. [S. l.: s. n.], 2009 [1989]. 1 vídeo (131 min). Publicado por Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda. Disponível em: <https://www.facebook.com/videos/document%C3%A1rio-or%C3%AD/677188599155700/>. Acesso em: 5 mai. 2023.

QUEIROZ, D. M.; DOS SANTOS, C. M. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. **Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, 2016.

RATTS, A. Eu sou atlântica. **Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

RIBEIRO, D. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília, DF: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, A. O. Epistemologias Negras: novas propostas para o ensino, a pesquisa e a extensão em Psicologia. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia brasileira na luta antirracista**. Brasília, DF: CFP, 2022.

SANTOS, A. O.; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, p. 166-175, 2012.

SANTOS, A. S. R.; EMÍLIO, S. A.. A mulher negra e a formação em Psicologia. Quais as barreiras existentes? **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 42, n. 1, p. 115-132, 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/39926>. Acesso em: 6 abr. 2023.

SCHUCMAN, L. V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Revista Psicologia Política**, v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010.

SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. A psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 172-185, 2017.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, L. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. spe, p. 244–248, dez. 2019.

WERNECK, J. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de Mulheres Negras e Estratégias Políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, mar./jun. 2010.

APÊNCICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Convidamos a Sra. para participar da Pesquisa **A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS ANTIRRACISTAS DE PSICÓLOGAS NEGRAS E SUAS RELAÇÕES COM SEUS PERCURSOS ACADÊMICO-PROFISSIONAIS**, sob a responsabilidade da pesquisadora Dra. **Daniele Vasco Santos**, a qual pretende investigar a produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e suas relações entre percurso acadêmico-profissional, problematizando a formação em Psicologia no que tange à questão das relações raciais.

Para tanto, ressaltamos algumas informações importantes antes de você decidir sobre sua participação:

1. A sua participação na pesquisa é **voluntária**. Ainda que decida participar, você tem plena liberdade para sair do estudo a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou riscos de ser penalizada por esta decisão;
2. Como participante você tem o **direito** de ser informada sobre quais serão os objetivos e ter acesso aos resultados deste estudo, incluindo o material de anotação da pesquisadora;
3. Antes e durante a pesquisa ressaltamos que você poderá realizar todas as perguntas que julgar necessárias e tirar dúvidas;
4. A pesquisa oferece os seguintes **benefícios**, que poderão ser estendidos futuramente a outras psicólogas negras e/ou demais profissionais que tiverem acesso a pesquisa: a) A produção de conhecimento a respeito das práticas antirracistas produzidas no campo da Psicologia; b) Visibilizar práticas profissionais de psicólogas negras, considerando os marcadores sociais de gênero, raça e classe; c) A ampliação do debate acadêmico sobre relações raciais na formação e prática profissional em Psicologia; d) A promoção de uma formação e prática antirracista na Psicologia brasileira, contemplando as questões raciais, para melhor atendimento e maior representatividade para a população negra;
5. As informações serão coletadas através de entrevistas individuais, via plataforma Google Meet. Também será aplicado um questionário, via Google Forms, objetivando a descrição socioeconômica das participantes;
6. Caso você autorize que seja gravada a entrevista, para que seja feita a transcrição posterior, você poderá ter acesso à mesma, bem como à sua transcrição. Os arquivos em áudio da entrevista serão arquivados pelo período de 5 anos após o término da pesquisa;
7. A sua **participação** na pesquisa não será acompanhada de **despesa ou gratificação**. No entanto, qualquer **dano será ressarcido**, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde;
8. A pesquisa garantirá o **sigilo** e as informações não conterão dados que possam definir a sua identidade;
9. É necessário lhe informar que toda pesquisa que envolve seres humanos apresenta alguma possibilidade de **risco**. No entanto, os riscos em decorrência da pesquisa são mínimos, os quais podem incluir mobilização de sofrimento, algum constrangimento e/ou receio de que sua identidade seja revelada. Contudo, ciente desses riscos, se você se sentir constrangida, a entrevista poderá ser interrompida, bastando para isso a simples manifestação dessa vontade por sua parte e, no decorrer da entrevista você poderá interromper ou deixar de responder a alguma(s) pergunta(s);

10. Por se tratar de uma pesquisa em ambiente virtual, existem riscos relacionados ao uso de ferramentas digitais. Assim, visando potencial risco de violação da confidencialidade dos dados, uma vez que as entrevistas serão gravadas e depois transcritas, é importante salientar que serão retirados das redes todos os registros usados durante a pesquisa, como a “nuvem” de armazenamento.
11. No momento do encontro para entrevista você receberá duas cópias deste termo de consentimento para tomar ciência. Ambas deverão ser assinadas, e uma via será sua.

Caso necessite de alguma elucidação sobre sua participação no estudo, poderá entrar em contato com a responsável pela pesquisa a qualquer momento pelo endereço eletrônico vasco.daniele@mail.uft.edu.br ou pelo telefone (91) 998273363, ou ainda pelo endereço residencial da pesquisadora, situado na Av. Joana Cabral, 676, Flabonyant II, Miracema do Tocantins. Também poderá solicitar informações pelo endereço profissional: **Av. Lourdes Solino, 195 Setor 25 Universitário, Miracema do Tocantins (CEP 77050-000) pelo telefone (63) 3366-8602.**

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa, a Sra poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins – CEP/UFT. O CEP foi criado para defender e garantir os seus interesses como participante da pesquisa. Ele possui a obrigação de avaliar os aspectos éticos da pesquisa, tanto no seu planejamento, como na sua execução. Caso seja necessário, você poderá entrar em contato com o CEP da UFT através do telefone (63) 3232-8023, pelo e-mail: cep_uft@uft.edu.br, ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do Almojarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. Os horários de atendimentos são: segundas e terças-feiras, das 14h às 17h e quartas e quintas-feiras, das 9h às 12h. Nas sextas-feiras, não há atendimento ao público. Você também poderá entrar em contato com o CEP da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (FESP) que se encontra no endereço: Quadra 405 Sul, Avenida LO 09 – S/N, Lote 11, Edifício Instituto Vinte de Maio, Térreo, Biblioteca - sala do Comitê de Ética, Palmas - TO; CEP: 77015-611. Horário de atendimento ao público: segunda a sexta-feira, das 13 às 18 horas. E-mail: cepfesp.pal masto@gmail.com. Telefone: (63) 3212-7166.

Desde já agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informada sobre o que o/a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou receber nenhuma gratificação e que posso sair quando desejar. Este documento é emitido em duas vias, as quais serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

Assinatura do participante

Pesquisador/a Responsável

Data: ____/____/____



APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Perguntas Norteadoras:

1. Relate como foi sua formação acadêmica no que tange à temática das relações raciais.
2. Você teve algum(a) professor(a) negra durante a graduação? Em caso positivo, seu(sua) professor(a) debatia o tema das relações raciais?
3. Você leu intelectuais negras/os durante a graduação? Em caso positivo, quais intelectuais e em quais componentes curriculares?
4. A questão das relações raciais em sua formação acadêmica foi tema de pesquisa e/ou extensão em sua instituição de ensino?
5. Você participou de atividades de extensão e/ou pesquisa? Em caso positivo, trabalhando quais temáticas?
6. Durante o período de sua formação acadêmica você participou de atividades complementares oferecidas por sua instituição de ensino ou outras com a temática das relações raciais?
7. Relate um pouco sua inserção e participação em grupo, coletivo, movimento, comissão ou associação que discuta e/ou atue no campo das relações raciais (destacando os nomes dos grupos, seus objetivos e alguma das ações que você participou).
8. O que você entende por prática profissional antirracista na Psicologia?
9. Pode exemplificar algumas ações profissionais antirracista na Psicologia que você tenha proposto e/ou participado?
10. Você sente que a formação acadêmica em Psicologia te forneceu base para lidar com as questões raciais em sua atuação? Estabelece alguma relação entre suas práticas antirracistas e seu percurso acadêmico-profissional? Em caso positivo, poderia descrever quais relações?
11. Você sente que seu percurso de formação profissional (após graduação) te forneceu base para a produção de práticas profissionais antirracistas? Se sim, pode exemplificar?
12. Como você considera que a Psicologia pode contribuir na luta antirracista na região Norte do país?



APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

Esse questionário compõe os instrumentos de coleta de dados da pesquisa: **A produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e suas relações com seus percursos acadêmico-profissionais**, sob a responsabilidade da pesquisadora Dra. **Daniele Vasco Santos**, a qual pretende investigar a produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e suas relações entre percurso acadêmico-profissional, problematizando a formação em Psicologia no que tange à questão das relações raciais.

O objetivo do questionário é a descrição do perfil socioeconômico das participantes da pesquisa. Lembrando que a pesquisa garantirá o **sigilo** e as informações não conterão dados que possam definir a sua identidade.

Nome:

Idade:

Possui filhos: sim () não ()

Idade do/a filho (a):

Estado civil:

Cidade que reside atualmente:

Ano de início-formação/Instituição:

Possui pós-graduação:

Vínculo institucional atual:

Tempo:

Renda familiar: () 1 a 3 salários mínimos () 4 a 6 salários mínimos () acima de 7

Participa de () Organização social () Coletivo () Associação () Comissão

() Articulação () Projetos Sociais

Qual:

Há quanto tempo:

ANEXO

ANEXO A – Parecer comitê de ética em pesquisa – Plataforma Brasil

ANEXO A – Parecer comitê de ética em pesquisa – Plataforma Brasil

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e suas relações com seus percursos acadêmico-profissionais.

Pesquisador: Daniele Vasco Santos

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 61927822.2.0000.5519

Instituição Proponente: Universidade Federal do Pará

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.694.446

Apresentação do Projeto:

A pesquisa pretende analisar a produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e suas relações entre percurso acadêmico-profissional, problematizando a formação em psicologia no Brasil no contexto das relações raciais. A pesquisa considera dados que indicam que as mulheres são maioria dentre profissionais de psicologia no Brasil, segundo levantamento do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e pesquisas que indicam, a exemplo do estudo do CPF (2013), que disparidade grande na quantidade de psicólogas brancas e negras formadas no país, onde 67% das psicólogas eram brancas, 25% pardas e um percentual muito pequeno de psicólogas pretas, amarelas e indígenas. O projeto encontra-se, do ponto de vista protocolar, em conformidade com a Norma Operacional 001/2013 e atende, no que diz respeito a termos obrigatórios, as exigências da Resolução 510/2016.

Objetivo da Pesquisa:

Geral

Analisar a produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e suas relações entre percurso acadêmico-profissional.

Específicos

- Analisar a constituição das práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras;
- Analisar os percursos acadêmico-profissionais de psicólogas negras no que tange a questão das

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio da Reitoria, 2º Andar, Sala 16.

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3229-4023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 5.694.446

relações raciais;

- Analisar a relação entre percursos acadêmico-profissionais de psicólogas negras e suas práticas profissionais antirracistas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos em decorrência da pesquisa são mínimos, os quais podem incluir mobilização de sofrimento, algum constrangimento e/ou receio de que a identidade das participantes seja revelada. A pesquisadora responsável suspenderá a pesquisa imediatamente ao perceber alguma possibilidade de risco ou dano às participantes da pesquisa, sejam eles físicos, psíquicos, morais, intelectuais ou culturais. Todos os possíveis riscos serão explicados às participantes na apresentação da pesquisa e na assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Também serão informados às participantes todos os procedimentos realizados no desenvolvimento da pesquisa que buscarão garantir a segurança das mesmas no que diz respeito ao anonimato e proteção dos dados produzidos, tanto no armazenamento dos dados quanto na publicação dos resultados.

Benefícios:

A pesquisa oferece enquanto benefícios, que poderão ser estendidos futuramente a outras psicólogas negras e/ou demais profissionais da Psicologia, os seguintes aspectos: a) A produção de conhecimento a respeito das práticas antirracistas produzidas no campo da Psicologia, promovendo acoplamento entre os campos da formação, currículo e práticas profissionais; b) Visibilizar práticas profissionais de psicólogas negras, considerando os marcadores sociais de gênero, raça e classe; c) A ampliação do debate acadêmico sobre relações raciais na formação e prática profissional em Psicologia; d) A promoção de uma formação e prática antirracista na Psicologia brasileira contemplando as questões raciais, para melhor atendimento e maior representatividade para a população negra.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa, fundada em dados empíricos e estudos, à medida que problematiza a representação negra entre os profissionais de psicologia e discute as possibilidades de enfrentamento ao racismo propondo a análise da produção de práticas profissionais antirracistas de psicólogas negras e suas relações entre percurso acadêmico-profissional destas, é relevante e se justifica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados.

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio da Reitoria, 2º Andar, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 **E-mail:** cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 5.694.446

Recomendações:

Não há pendências

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Reitera-se que, conforme Resolução CNS 466/2012, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, e Resolução CNS 510/2016, Art. 28, inc. V, os pesquisadores responsáveis deverão apresentar relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1984502.pdf	13/08/2022 11:48:29		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	13/08/2022 11:48:04	Daniele Vasco Santos	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	13/08/2022 11:47:10	Daniele Vasco Santos	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Pesquisa_praticas_profissionais_antirracistas_Daniele_Vasco11082022_assinado.pdf	13/08/2022 11:32:43	Daniele Vasco Santos	Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevista.pdf	21/07/2022 18:11:34	Daniele Vasco Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	21/07/2022 18:11:10	Daniele Vasco Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio da Reitoria, 2º Andar, Sala 16.

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3229-4023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio da Reitoria, 2º Andar, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 **E-mail:** cep_uft@uft.edu.br

Página 03 de 04

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 5.694.446

PALMAS, 10 de Outubro de 2022

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio da Reitoria, 2º Andar, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 **E-mail:** cep_uft@uft.edu.br

Página 04 de 04